

RELATÓRIO ANUAL

2023



SUMÁRIO

04 Palavra do Presidente

08 Sicoob avança a partir de seu propósito de justiça financeira e prosperidade

12 Avanços estratégicos comprovam a evolução do Sicoob Credibom

17 Responsabilidade socioambiental está no DNA do Sicoob Credibom

24 Capital Humano em desenvolvimento constante

27 Negócios com Propósito

29 Relatório da Administração

06 Cooperativismo Financeiro, Cenários e Desafios

09 Resultados 2023, crescimento e sustentabilidade

16 O digital que potencializa a inclusão financeira

24 Governança e Gestão sob a ótica do PDGC

26 Comunicação e Marketing, ferramentas que garantem visibilidade e negócios.

28 Ganho Social, benefício de ser um cooperado

EDITORIAL

Dados da Cooperativa

RAZÃO SOCIAL: Cooperativa de Crédito Credibom LTDA
ENDEREÇO: Avenida das Palmeiras, 170, Centro,
Bom Despacho/MG – 35630-002

CONTATOS

(37) 3521-9800
sicoobcredibom@sicoobcredibom.com.br
www.sicoobcredibom.com.br
@sicoobcredibom

Conselho de Administração

Pedro Adalberto da Costa – Presidente
José Fúlvio Cardoso – Vice-presidente

Conselheiros

Antônio Tavares Gontijo
Dinorlva Maria da Silva Gontijo
Elias Santos
Eli Jesus Borges
José Nunes Rodrigues
Luiza Helena de Araújo
Marcos José de Faria

Diretoria Executiva

José Mauri Mota – Diretor de Negócios
Vicente de Paulo Lopes Cançado – Diretor Administrativo
Rodrigo Belione de Oliveira Menezes – Diretor de Gestão de Riscos

Conselho Fiscal Efetivo

Leonardo Torres Pessoa
Míriam Cesário da Silva Couto
Elda Maria da Silva Alves Santos
Conselho Fiscal Suplente
Marcos de Freitas Mota

Edição e Revisão

Andrea Hollerbach – EmCena Comunicação & Marketing

Produção Executiva

Gleiciane Aparecida de S Silva Santos

Projeto Gráfico

Agência BluePause

Apresentação

SICOOB CREDIBOM – COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBOM LTDA

É com grande satisfação que apresentamos este relatório detalhado dos principais resultados econômicos, sociais e ambientais obtidos pelo Sicoob Credibom no exercício de 2023. O Relatório Anual apresenta, além dos demonstrativos financeiros e contábeis da cooperativa (auditados pela CNAC, de forma a garantir a transparência na prestação de contas), as ações de governança e de responsabilidade socioambiental, submetidas a auditoria interna.

Todo o relatório está fundamentado nas orientações que definem o cooperativismo e o Sistema Sicoob, e em práticas ESG – Environmental, Social and Governance (Meio Ambiente, Social e Governança) – definidos pelos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que constituem as metas a serem cumpridas até 2030 para melhorar a vida no planeta.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Desta forma, o Sicoob Credibom reforça o compromisso com os associados e a comunidade em geral, em manter as pessoas no centro de suas ações. Para nós, contribuições são sempre bem-vindas e podem ser feitas através do e-mail: marketing@sicoobcredibom.com.br





PALAVRA DO PRESIDENTE:

Caros (a) cooperados (a),

Mais uma vez me dirijo a vocês para apresentar os resultados alcançados pelo Sicoob Credibom, no exercício findado em 2023.

Vamos falar sobre os benefícios ofertados aos nossos cooperados, os investimentos sociais e de responsabilidade socioambientais implementados para fortalecer a região e os próximos passos para um futuro cada vez mais sustentável.

A constatação dos excelentes resultados nos dá a certeza de que estamos no caminho certo para prosseguir com o movimento evolutivo da Cooperativa, a fim de manter o cumprimento de seu propósito de levar prosperidade e justiça financeira aos nossos cooperados e às comunidades onde estamos presentes.

Com 39 anos de atuação, o Sicoob Credibom conta hoje com oito agências físicas, tecnológicas e bem estruturadas, sendo quatro em Bom Despacho (agência Sede, São Vicente, Engenho do Ribeiro e Arraial), uma agência em Araújos, outra em Nova Serrana e duas agências em Belo Horizonte (Venda Nova e Buritis), além da agência Digital que atende cooperados de todo o Brasil.

São 21.925 cooperados atendidos com excelência por um time capacitado e comprometido, formado por 157 empregados, 13 estagiários e 6 jovens aprendizes.

Encerramos 2023 com um resultado de mais de 26 milhões de reais, o que representa um crescimento de 16,49% em relação a 2022. Deste valor total apurado foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 30 de janeiro de 2024, a proposta de destinação de 5 milhões para distribuição em dinheiro nas contas correntes de nossos cooperados e 1 milhão distribuído em Cotas de Capital, valores a serem deliberados pela AGEO 2024.

E como uma importante evolução, o Sicoob Credibom passou a pagar também Juros sobre o Capital em 2023 sendo quase 2 milhões creditados em Conta Capital. Portanto, além de receber devolução de sobras em dinheiro de acordo com seu movimento, cada cooperado recebeu também rendimentos iguais ou maiores que a Poupança, totalizando uma restituição de quase 8 milhões de reais.

A solidez da cooperativa foi reforçada em 2023 alcançando um Patrimônio Líquido de R\$ 114.146.887,00, que representa uma evolução de 25,84% em relação ao ano anterior. Seus ativos evoluíram 25,47%, totalizando R\$ 825.927.673,00, com uma Captação de Depósito de R\$ 643.334.702 e uma Carteira de Crédito de R\$ 345.545.194.

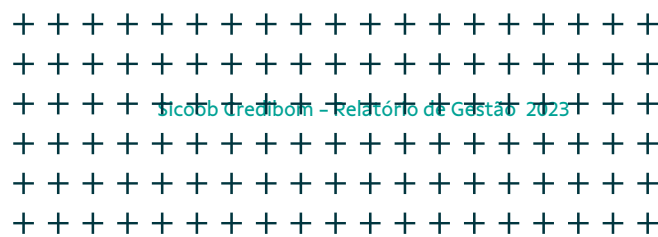
Importantes avanços estratégicos foram conquistados pelo Sicoob Credibom neste período, voltados à excelência das práticas de governança e gestão, sendo reconhecido com o Selo “Excelência em Gestão” conferido pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, no âmbito do PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão de Cooperativas.

Para garantir o avanço constante da administração, o Sicoob Credibom estabeleceu parceria com a Fundação Dom Cabral no âmbito do PAEX, visando a competência dos dirigentes e empregados, por meio do acesso a um modelo de desenvolvimento capaz de alinhar propósito, estratégia, inovação, impacto social e resultados a curto, médio e longo prazos.

O lançamento de nossa Central de Relacionamento foi outro fato de destaque em 2023, se estabelecendo como um importante instrumento para garantir atendimento de excelência. Tivemos também a reforma e ampliação da Agência São Vicente, uma ação estratégica com intuito de oferecer um ambiente agradável e melhorar ainda mais a relação com nossos cooperados.

Buscando a capacitação do time de colaboradores e dirigentes, o Sicoob Credibom estabeleceu convênio com a Faculdade Líbano para a realização de cursos de MBA em Gestão de Cooperativas de Crédito.

E para contribuir com o estabelecimento de um clima cada vez mais saudável para se trabalhar, foi lançado para todos os empregados o FIC – Felicidade Interna do Cooperativismo. Trata-se de um programa do Sistema Ocemg/SESCOOP, capaz de comprovar por indicadores que a equipe que trabalha com maior satisfação entre os colegas desenvolve suas atividades com maior qualidade.



Os investimentos de responsabilidade socioambiental foram intensificados sendo realizadas 116 ações institucionais, 28 ações socioambientais e 97 ações sociais durante o ano de 2023. Dentre elas, se destacam o Projeto de Recuperação do Rio Capivari, a Escola de Informática em parceria com a CDL/ACIBOM, que formou mais de 280 alunos neste período, Palestras de Educação Financeira, Programa Financinhas nas Escolas em parceria com o Sicoob Credesp, o Programa Bolsa Escola, que em 2023 formou 1.055 estudantes, sendo investidos R\$ 1.537.686,96, e a conclusão da Usina Fotovoltaica do Sicoob Credibom.

A propósito, nossa Usina merece um tópico especial. Foram instalados 760 módulos, sendo 440 na Parte 01 e 320 na Parte 02, em terreno próprio às margens da Rodovia MG 164, uma ótima localização. Apenas em 2023, foram gerados 458.493,5 kWh/ANO, tornando o Sicoob Credibom autossuficiente em geração de energia limpa, distribuindo para todas as Agências. Além disso, registramos 66.800 kW excedentes, sendo uma parte disponibilizada para projetos futuros e outra parte destinada a entidades filantrópicas.

Para concluir, agradeço aos nossos cooperados pela confiança e fidelidade, aos membros do Conselho de Administração e Fiscal, a Diretoria Executiva e ao nosso time de colaboradores por se comprometerem com o alcance dos melhores resultados e o cumprimento do nosso propósito.

Convido a todos para conhecer com mais detalhes as ações do Sicoob Credibom em 2023.

MUITO OBRIGADO E BOA LEITURA!

PEDRO ADALBERTO DA COSTA

Presidente do Conselho de Administração



DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



VISÃO

Até 2027, atingiremos R\$ 1,4 bilhão em ativos, aprimoraremos o desenvolvimento do capital intelectual de nossos stakeholders, incrementaremos nossa eficiência operacional e as boas práticas de ESG, estaremos aderentes a processos de incorporação.



VALORES

Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Inspiradora;
Inovação e Simplicidade.





COOPERATIVISMO FINANCEIRO, CENÁRIOS E DESAFIOS

Em 2023, o segmento cooperativo financeiro confirmou seu importante papel no cenário econômico brasileiro, evidenciando um processo evolutivo em marcha, marcado por muitas realizações, avanços e aprendizados para o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

De acordo com o “AnuárioCoop”, divulgado pela OCB – Organização das Cooperativas do Brasil são 728 cooperativas financeiras que reúnem atualmente 15,5 milhões de cooperados que contam com 9 mil unidades de atendimento, formando a maior rede de postos físicos no país que geram mais de 99 mil empregos diretos.

Atualmente a rede de atendimento das cooperativas de crédito no Brasil representa cerca de 20% das agências bancárias. No volume de depósitos, as cooperativas financeiras ultrapassam 6% do total do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Somadas, as cooperativas financeiras ocupam a 6ª posição no ranking do volume de ativos, depósitos e empréstimos, estando, portanto, entre as maiores instituições financeiras de varejo do país.

Tais números demonstram o grande desafio a ser superado. Apesar do Brasil constar entre os 20 países com maior volume de ativos de instituições financeiras cooperativas no mundo, as cooperativas financeiras ainda possuem um mercado potencial muito grande para crescimento.

A presença das cooperativas financeiras em 55,3% dos pequenos e médios municípios brasileiros é cada vez mais impactante, na medida em que promovem o desenvolvimento local de forma sustentável. Apoiam financeiramente as iniciativas empresariais gerando emprego e renda, melhorando desta forma a qualidade de vida dos cidadãos e contribuindo no crescimento da região onde estão inseridas.

O SNCC a cada dia ganha mais voz em função de sua crescente representatividade e tem protagonismo garantido em agendas importantes como a digitalização do sistema financeiro e o aprimoramento de ferramentas, como o Pix e o Open Finance.

Com relação ao DREX (Moeda Digital do Banco Central), as principais cooperativas financeiras participaram dos processos de criação e desenvolvimento, por meio da formação de um consórcio, o SFCoop. Esta participação coloca as cooperativas em uma posição central do novo passo do Banco Central do Brasil, rumo à criação da moeda digital brasileira.

Para as cooperativas que formam o SFCoop, Alios, Cresol, Sicoob, Sicredi, Unicred e Credicoamo, participar do plano piloto do DREX é uma oportunidade única para o setor cooperativista, na medida em que há profissionais dessas cooperativas trabalhando diretamente no desenvolvimento do projeto.

Em 2023 uma grande conquista para a construção de um ambiente mais justo e próspero para o cooperativismo foi alcançado, por meio de um forte trabalho de representação do Sistema OCB somado a mobilização das cooperativas de todo Brasil e da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop). Em 20 de dezembro de 2023 foi aprovado o Ato Cooperativo e a definição do adequado tratamento tributário ao setor e a criação de um regime específico de tributação para as cooperativas será incorporado ao texto da Constituição Federal.

Muito já foi alcançado pelo SNCC, entretanto, grandes desafios se apresentam para o setor e alguns pontos devem ser melhorados, sendo um dos mais desafiadores o de tornar as instituições financeiras mais conhecidas.

Esta é considerada uma grande barreira para o cooperativismo financeiro, impedindo que as pessoas façam parte e usufruam dos benefícios e vantagens oferecidas por este modelo de economia compartilhada.

Grande parte das pessoas, principalmente dos grandes centros, ainda não conseguem perceber o grande potencial das cooperativas financeiras na oferta de soluções financeiras em condições mais justas e seus diferenciais.

Os grandes Sistemas Cooperativos do país, Sicoob, Sicredi e Cresol têm se esforçado para ultrapassarem essa barreira reforçando suas iniciativas de divulgação em grandes veículos de comunicação, em mídias online e offline, mas, ainda não são suficientes.

Nas cidades do interior, o trabalho integrado das cooperativas às comunidades na promoção do crédito, no acesso à educação financeira e na promoção de iniciativas socioambientais são bem mais percebidos e, por isso, a participação de mercado é mais significativa.

Outro fato que influencia esse cenário é o fechamento de pontos de atendimento físico pelas instituições financeiras tradicionais nas pequenas cidades brasileiras.



Com a grande transformação tecnológica das instituições cooperativas financeiras, outro grande desafio é manter o relacionamento próximo ao cooperado, equilibrando a disponibilização dos canais digitais e o atendimento próximo e acolhedor, grande diferencial cooperativista.

É preciso garantir que os cooperados tenham uma excelente experiência nas plataformas de autoatendimento, na jornada digital, mas, que possam ter a escolha de serem atendidos numa agência por profissionais capacitados.

Para avançar na segurança dos negócios, o aprimoramento da governança também é um grande desafio, devendo as cooperativas financeiras buscarem de forma constante, definindo responsabilidades, rateios de custos e pontos culturais entre os membros dos sistemas, o que envolve as singulares, centrais e centros administrativos.



SICOOB AVANÇA A PARTIR DE SEU PROPÓSITO DE JUSTIÇA FINANCEIRA E PROSPERIDADE

O ano de 2023 foi especialmente promissor para o Sicoob, se mantendo como o maior Sistema Cooperativo Financeiro do Brasil e sendo reconhecido como a 3ª. melhor instituição financeira do Brasil, segundo ranking “Melhores Bancos do Mundo 2023” da Forbes.

Seus resultados expressivos podem ser atribuídos a um ousado plano de expansão que, além de ampliar seu mercado, possibilita o cumprimento de seu propósito: **Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.**

São 7,7 milhões de cooperados atendidos em 4,6 mil pontos de atendimento físicos em todos os estados, milhares de caixas eletrônicos e uma diversidade de canais digitais que permitem acesso a um portfólio completo de soluções financeiras com taxas justas, para o dia a dia das pessoas e de seus negócios.

O Sicoob está presente em 2.382 municípios brasileiros, sendo a única instituição financeira em 400 deles, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico destas localidades, na medida em que os recursos captados são reinvestidos localmente, gerando emprego e renda.

O Sicoob mantém um processo evolutivo constante para avançar em tecnologia, gestão, governança, processos, produtos e serviços, entretanto, coloca a pessoa no centro de sua

estratégia, priorizando um atendimento próximo e acolhedor para proporcionar ao cooperado uma experiência memorável.

Com um olhar constante para o futuro, em 2023 o Sicoob promoveu um grande alinhamento sistêmico estratégico, a fim de identificar oportunidades, desafios e como construirá os seus próximos passos.

Com a participação de todas as cooperativas singulares, centrais e o Centro Cooperativo Sicoob (CCS), foi construído durante o ano, o Pacto Sistêmico de Estratégia por meio da realização de vários encontros regionais, sendo definidas as intenções estratégicas para a construção dos mapas, indicadores e projetos estratégicos nacional, regionais e locais.

Com o tema **“Construindo juntos os próximos passos”**, durante a 5ª. Edição do Pense Sicoob realizado nos dias 5 e 6 de outubro de 2023 foi confirmado o compromisso de cada cooperativa central e singular com o novo ciclo do **Pacto Sistêmico Estratégico (2024–2026)**.

Uma grande entrega tecnológica foi a disponibilização em 19 de dezembro, da nova versão do **Super App Sicoob**. Moderno, intuitivo e de fácil utilização, o aplicativo reúne em um só lugar tudo que o cooperado precisa para resolver sua vida financeira.

Na sequência, o plano é em breve possibilitar a consolidação de todo o ecossistema digital do Sicoob, com objetivo de proporcionar um ambiente digital completo para garantir mais autonomia ao cooperado para gerir sua vida financeira com conveniência e comodidade.

Outra funcionalidade tecnológica importante disponibilizada aos cooperados ao final de 2023, foi a integração do Sicoob ao novo serviço de bloqueio de celulares roubados desenvolvido pelo Ministério da Justiça – MISP.

O Sicoob foi piloto nessa ação do Governo Federal, que visa combater fraudes a partir do roubo e furto de smartphones, confirmando o seu objetivo de garantir segurança e inovação aos seus cooperados.

Comprovando o compromisso de oferecer aos

seus cooperados acesso a serviços em tempo real e com as melhores tarifas do mercado, o Sicoob conquistou o prêmio “Banco do Ano 2023” na 19ª edição do Banking Transformation, premiação organizada pela Cantarino Brasileiro em cerimônia realizada em 4 de dezembro, no Nacional Clube em São Paulo.

O Sicoob foi reconhecido pela sua capacidade de desenvolver, fomentar e escalar as inovações tecnológicas e de modelos de negócios para promover o acesso e inclusão financeira.

Outra premiação importante conquistada pelo Sicoob em 2023 foi o primeiro lugar na Categoria Bancos – Financiamento, cujo ranking é realizado em parceria entre o Estadão e Broadcast, juntamente com a agência classificadora de risco Austin Rating.

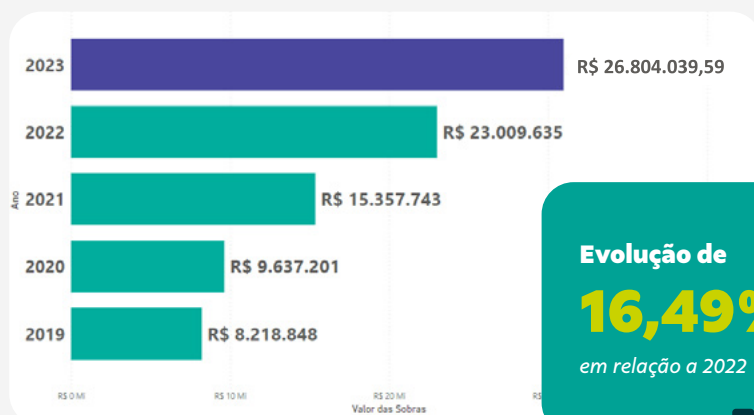


RESULTADOS 2023, CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Em evolução constante para buscar crescimento e sustentabilidade, o Sicoob Credibom alcançou resultados importantes em 2023, representados pelos seus principais números.

A confiança e fidelidade de seus cooperados somada ao comprometimento e competência do seu time e o apoio de seus dirigentes foram os insumos responsáveis para o alcance desses resultados, fazendo do Sicoob Credibom uma das mais respeitáveis instituições financeiras cooperativas do Centro-Oeste Mineiro e do Brasil.

SOBRAS



Evolução de

16,49%

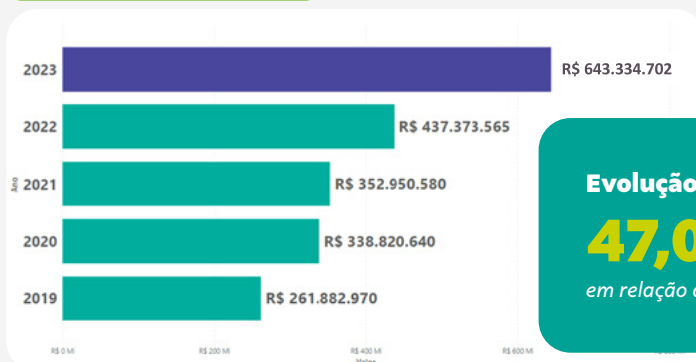
em relação a 2022



Ao findar o exercício de 2023, o Sicoob Credibom apresentou um resultado de R\$ 26.804.039,59, o que no cooperativismo financeiro é denominado de sobras, representando uma evolução de 16,49% em relação a 2022.



DEPÓSITOS TOTAIS



Evolução de

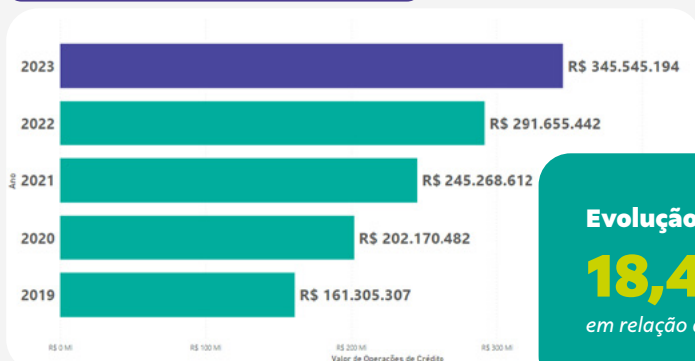
47,09%

em relação a 2022



Os Depósitos Totais apresentaram uma evolução de 47,09% em relação ao exercício de 2022, alcançando R\$ 643.334.702

OPERAÇÕES DE CRÉDITO



Evolução de

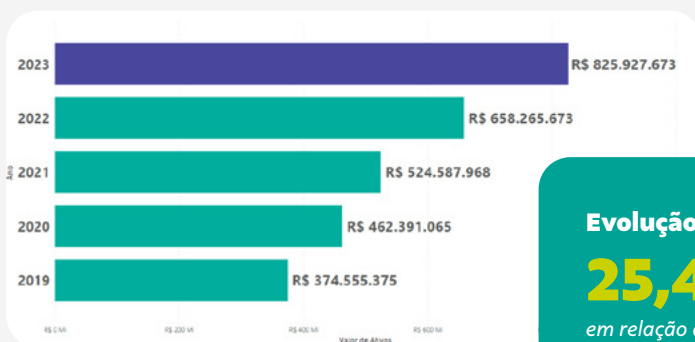
18,48%

em relação a 2022



As Operações de Crédito cresceram 18,48% em 2023, atingindo R\$ 345.545.194

ATIVOS



Evolução de

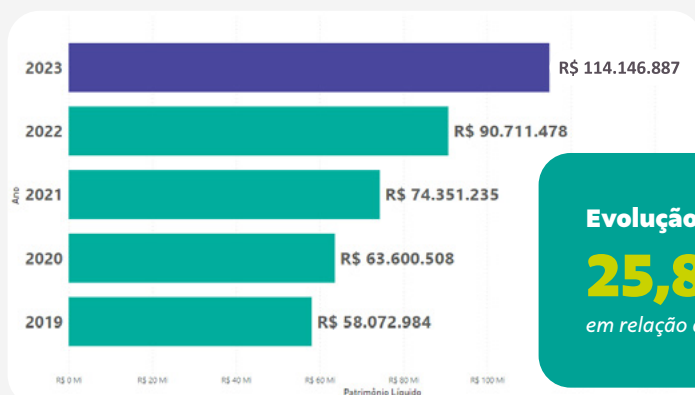
25,47%

em relação a 2022



Com evolução de 25,47% em relação ao exercício de 2022, os ativos alcançaram R\$ 825.927.673

PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Evolução de

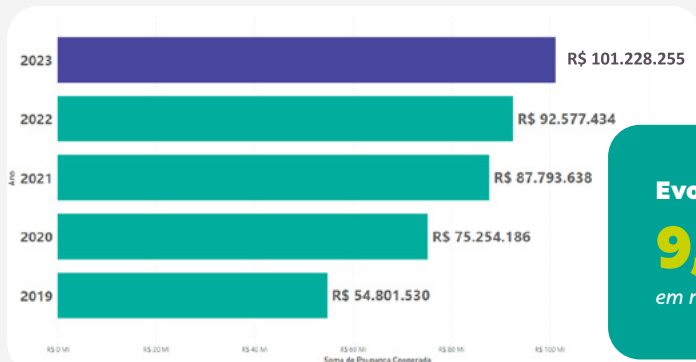
25,84%

em relação a 2022



Garantindo a solidez do Sicoob Credibom, o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 114.146.887, representando uma evolução de 25,84% em relação a 2022.

POUPANÇA COOPERADA

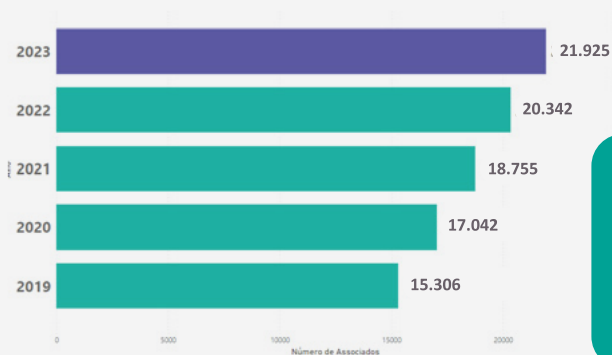


Evolução de
9,34%
em relação a 2022



A Poupança Cooperada é uma modalidade de investimento para a maioria dos cooperados, sendo uma das opções mais tradicionais no mercado. No ano de 2023 a cooperativa alcançou R\$ 101.228.255, representando uma evolução de 9,34% em relação ao exercício anterior.

NÚMEROS DE ASSOCIADOS



Evolução de
7,78%
em relação a 2022



Em 2023, 1.583 pessoas se tornaram cooperadas do Sicoob Credibom totalizando 21.925, o que representou uma evolução de 7,78%.





AVANÇOS ESTRATÉGICOS COMPROVAM A EVOLUÇÃO DO SICOOB CREDIBOM

Avanços estratégicos importantes foram alcançados pelo Sicoob Credibom em 2023, do ponto de vista da gestão, da tecnologia, da infraestrutura das agências, do atendimento, da capacitação e dos custos.



SELO SOMOSCOOP EXCELÊNCIA EM GESTÃO

Em relação a gestão e governança, a adesão ao Programa de Desenvolvimento e Gestão das Cooperativas – PDGC conduzido pelo Sistema Ocemg/Sescoop conferiu ao Sicoob Credibom em 2023, o Selo SomosCoop Excelência em Gestão, destinado a um grupo seleto de 222 cooperativas em todo o Brasil, que alcançaram uma pontuação média superior a 80% dos índices exigidos pela banca examinadora. De 2022 para 2023 o Sicoob Credibom evoluiu de 70,24% para 100% na autoavaliação do ISGC – Governança e 80,38% para 99,10% no ISG – Gestão.

O presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas registrou no certificado enviado ao presidente do Conselho do Sicoob Credibom que **“este selo celebra o compromisso e empenho notável de sua cooperativa pelas ótimas práticas de gestão e governança.”**

PAEX – PARCEIROS PARA EXCELÊNCIA ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO DOM CABRAL – FDC

A participação do Sicoob Credibom no PAEX, programa da Fundação Dom Cabral voltado ao desenvolvimento da gestão da cooperativa, visa por meio da ampliação da competência de dirigentes e empregados, promover a evolução do seu crescimento sustentável e a excelência de seus negócios.

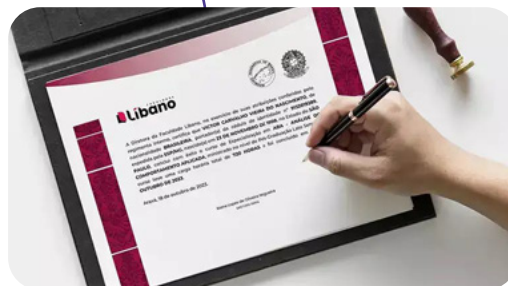
O programa prevê uma solução que articula uma poderosa rede de conhecimento entre as empresas parceiras possibilitando o acesso a um modelo de gestão capaz de alinhar propósito, estratégia, inovação, impacto social e resultados no curto, médio e longo prazos.



FACULDADE LÍBANO



O Sicoob Credibom estabeleceu convênio com a Faculdade Líbano, especialista em EAD – Ensino a Distância, reconhecida com Nota Máxima no MEC – Ministério da Educação para a realização de cursos de MBA em Gestão de Cooperativas de Crédito para dirigentes e empregados.



FIC – FELICIDADE INTERNA DO COOPERATIVISMO

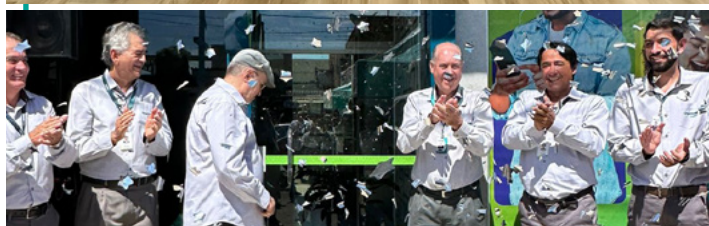
O Sicoob Credibom aderiu ao FIC – programa desenvolvido em parceria com o Sistema OCEMG/SESCOOP que tem como proposta apoiar as cooperativas no estabelecimento de um clima e condições favoráveis para que dirigentes e empregados possam desempenhar suas atividades com leveza e eficiência. O programa foi construído a partir da comprovação através de indicadores, que empregados felizes trabalham com maior satisfação entre os colegas e no atendimento de qualidade, dando grande atenção aos novos associados. O programa, apresentado aos empregados em 2023, vai de encontro ao propósito, missão, visão, valores e a sustentabilidade da cooperativa.



REFORMA E AMPLIAÇÃO DA AGÊNCIA SÃO VICENTE

Com objetivo de oferecer um ambiente agradável e um atendimento de qualidade aos cooperados em um espaço tecnológico e confortável foi realizada reforma e ampliação da agência São Vicente, sendo reinaugurada no dia 5 de dezembro.

A região tem população estimada de mais de 15.000 pessoas, que serão beneficiadas diretamente com produtos e serviços financeiros em condições justas que só o cooperativismo financeiro pode oferecer.



USINA FOTOVOLTAICA

Apenas em 2023, foram gerados 397.194,50 kWh/ANO, tornando o Sicoob Credibom autossuficiente em geração de energia limpa distribuída para todas as Agências. Além disso, registramos 66.800 kW excedentes, que poderão ser destinados parte, em percentuais, para projetos futuros e outra parte a entidades filantrópicas, a partir de 2024.



CENTRAL DE RELACIONAMENTO

Inaugurada em 20 de janeiro de 2023, a Central de Relacionamento do Sicoob Credibom é considerada uma grande evolução estratégica no atendimento dos cooperados. A Central fornece um serviço de atendimento personalizado através de uma equipe de suporte especializada, pronta para esclarecer dúvidas e guiar o cooperado da melhor maneira possível nos serviços oferecidos pelo Sicoob Credibom.

Neste período, a Central de Relacionamento tem proporcionado comodidade aos cooperados, sendo todas as ligações telefônicas e demandas direcionadas a ela.

O objetivo é prestar um atendimento mais humanizado com maior agilidade e qualidade, não se utilizando robô. Na pesquisa realizada 87% dos pesquisados se manifestaram satisfeitos com o atendimento, 95% dos atendimentos foram resolvidos pela Central de Relacionamento, tendo sido recebidas 37.737 ligações.



JUROS AO CAPITAL

Significando um grande avanço estratégico e uma conquista importante para os cooperados, o Sicoob Credibom passou a pagar JUROS AO CAPITAL, a partir da decisão tomada pelo Conselho de Administração. Os cooperados, além de receberem a devolução de sobras em dinheiro de acordo com seu movimento na cooperativa, recebem também rendimentos a mais, iguais ou maiores que a Poupança.

No dia 29 de dezembro foram creditados juros na Conta Capital dos cooperados, no valor de **R\$ 1.975.411,11.**



ATUALIZAÇÃO SUPER APP SICOOB

No campo da tecnologia, o grande avanço estratégico em 2023 foi a disponibilização do Super App Sicoob para os cooperados, trazendo novo leiaute, novas funcionalidades e mais facilidade no dia a dia financeiro.

A modernização da nova versão possibilitará, no médio prazo, consolidar todo o ecossistema digital do Sicoob em um único super aplicativo.

LINHA DO TEMPO

SICOOB CREDIBOM





O DIGITAL QUE POTENCIALIZA A INCLUSÃO FINANCEIRA

Um dos maiores desafios das cooperativas financeiras é equilibrar o atendimento ao seu cooperado de forma acolhedora e próxima, mantendo o seu diferencial e o atendimento digital.

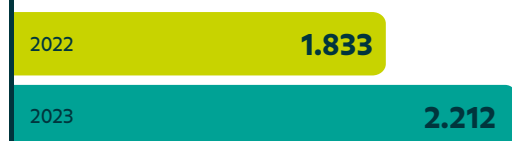
Considerando que a transformação tecnológica é irreversível e que o digital é uma importante tendência, o Sicoob Credibom se alinhou ao mercado e, em 2022 lançou a sua agência digital para atender aqueles que buscam comodidade, agilidade e segurança neste ambiente.

A agência digital do Sicoob Credibom vai além de ser apenas uma tendência de mercado, adquirindo

um significado maior, na medida em que possibilita a captação de novos cooperados em toda a região brasileira e, com isso, potencializa a inclusão financeira de mais pessoas.

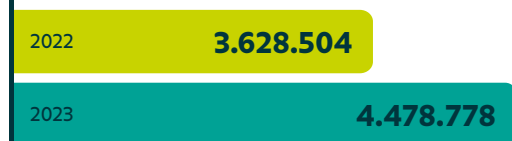
O ano de 2023 foi marcado por um crescimento importante na base de associados da agência digital, nas carteiras de crédito e depósitos, além de avanços na melhoria do atendimento digital e presencial. Estes resultados são atribuídos ao comprometimento da equipe em inovar constantemente para aprimorar os serviços e atender às crescentes expectativas dos associados. Confira:

1. Crescimento da Base de Associados:



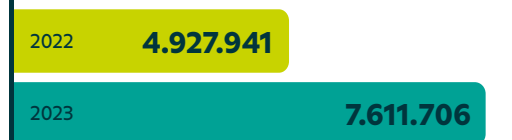
Registramos um crescimento expressivo na base de associados, alcançando a marca de 20,35% no ano de 2023. Além disso, 79,52% das contas estão ativas, o que demonstra a eficácia das estratégias de retenção e engajamento implementadas ao longo do ano.

2. Crescimento da Carteira de Crédito



A carteira de crédito apresentou um notável crescimento de 23,43% ao longo do ano de 2023. Esse desempenho reflete não apenas a oferta robusta de produtos financeiros, mas também a confiança dos associados em nossas soluções de crédito.

3. Crescimento da Carteira de Depósitos



Observamos um crescimento expressivo de 54,46% na carteira de depósitos, indicando uma eficiente captação de recursos e uma sólida confiança dos associados em nossa cooperativa.

4. Integração com a Central de Relacionamento

Implementamos uma integração eficaz com a Central de Relacionamento, focada em agilizar o atendimento ao associado via WhatsApp e ligações. Essa iniciativa visa melhorar o atendimento digital, proporcionando uma experiência mais eficiente e personalizada.

5. Reforço na Equipe Presencial

Para aprimorar ainda mais o atendimento presencial, aumentamos a equipe com a inclusão de mais 1 gerente e 2 assistentes. Com essa expansão, a equipe agora é composta por 2 gerentes e 3 assistentes, permitindo um atendimento de qualidade em ambos os canais, seja físico ou digital.

6. Inovações no App Sicoob e Processo de Associação Digital

Em 2023 houve evoluções significativas no aplicativo Sicoob e no processo de associação digital. Essas melhorias visam proporcionar uma experiência mais intuitiva e eficaz aos associados, tornando os serviços mais acessíveis e simplificando o processo de associação.



RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESTÁ NO DNA DO SICOOB CREDIBOM

Quando se discute a temática ESG (termo em inglês que se refere a aspectos ambientais, sociais e governança) nas empresas, para as cooperativas financeiras não se trata de algo novo.

Muitos dos princípios que regem as cooperativas guardam similaridade a estas questões, na medida em que são caracterizadas por uma economia solidária e sua atuação extrapola o econômico. As cooperativas financeiras atuam como agente de desenvolvimento socioeconômico nas comunidades onde atuam, realizando anualmente investimentos sociais e de responsabilidade socioambiental.

O Sicoob Credibom, desde a sua fundação há 38 anos, além de contribuir com a prosperidade de seus cooperados e desenvolvimento das localidades, direciona ações e projetos de caráter social, educacional, cultural e esportivo para as comunidades com o objetivo de promover a melhoria de vida das pessoas.

Durante o exercício de 2023 foram realizadas pelo Sicoob Credibom, 116 ações institucionais, **97 ações sociais e 28 ações socioambientais**, que algumas merecem destaque:



Escola de Informática, parceria da CDL/ACIBOM e Sicoob Credibom formam mais de 280 alunos



Inauguração da Central de Relacionamento do Sicoob Credibom



Tradicional Desfile Cívico de 111 anos da cidade de Bom Despacho



Sicoob Credibom na 37ª. SIPAT da Cooperbom – Semana Interna de Prevenção de Acidentes do trabalho com palestras sobre Educação Financeira e Inteligência Emocional no Trabalho



Visita e doação à ACOM – Associação de Combate ao Câncer Centro Oeste de Minas, em Divinópolis



Dia C – Dia de Cooperar 2023



Proerd forma mais de 450 alunos em Bom Despacho e Engenho do Ribeiro, com apoio do Sicoob Credibom



Sicoob Credibom presente na 51ª EXPOBOM



Promoção do 2º Concurso Literar no Agro



Sicoob Credibom e Sicoob Credesp realizam o programa Financinhas nas Escolas



Inauguração da Ala Padre Pedro, na Santa Casa de Bom Despacho, com patrocínio do Sicoob Credibom



Doação de computadores para a Escola de Informática da CDL/ACIBOM



Sicoob Credibom participa do Natal Solidário da ADEFIS



Semana ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira nas escolas



3º. Workshop de Governança do Sicoob Credibom



Vende Sicoob 2023



Equipe de Futebol do Sicoob Credibom



Corrida Mirante Trail Run com o apoio do Sicoob Credibom



Campanha Natal Premiada da CDL/ACIBOM



Coleta de Materiais Recicláveis em todo o ano de 2023



Sicoob Credibom presente na EXPO UNA 2023



Entrega de doação para o Dia das Crianças CEMEI DONA ZUMA



Apoio ao Projeto Crescendo com Música do Coral Voz & Vida



Comemoração dos 37 anos do Sicoob Credibom



Agência Arraial recebe Moção de Congratulação da Câmara Municipal de Bom Despacho



Escoteiros "Trilhas do Aprender"



Café da Alvorada para os Congadeiros de Bom Despacho



Sicoob Credibom homenageia parceiros de Comunicação



Programa de Visitas da Presidência



Formacoop – Módulo Liderança para Resultados



III Seminário de Energias Renováveis – OEMG



Sicoob Credibom apoia Corrida de Reis



Semana Nacional de Educação no Trânsito



Moção de Congratulação da Agência Engenho do Ribeiro, pela Câmara Municipal de Bom Despacho



Aniversário da Agência Nova Serrana

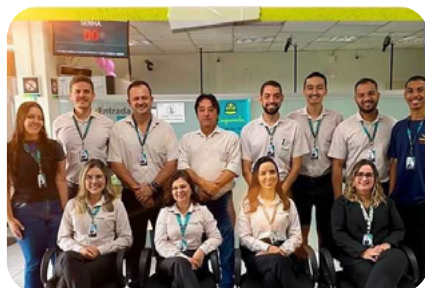


Aniversário da Agência Venda Nova



Parabéns!

Aniversário da Agência Engenho do Ribeiro



Aniversário da Agência São Vicente



Visita de Intercomunicação na Agência Buritis



Visita Especial à Agência de Araújo



Visita do Banco Central e do Sicoob Central Crediminas ao Sicoob Credibom

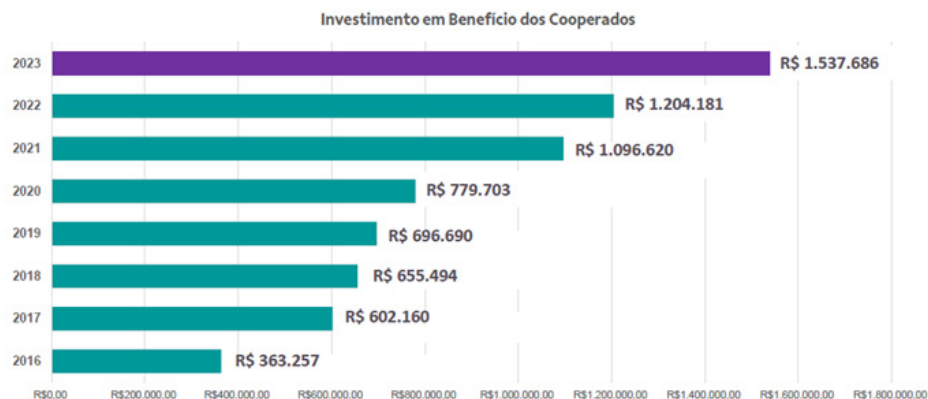


Dia do Voluntário Transformador

Bolsa Escola

Programa já consolidado, o programa Bolsa Escola foi implementado pelo Sicoob Credibom em 2011 com a utilização do FATES – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, com o objetivo de proporcionar educação em nível infantil, fundamental, médio, graduação e pós-graduação aos seus cooperados e familiares.

Nos últimos 08 anos o **Programa beneficiou 5.726 pessoas**, perfazendo um investimento de R\$ 6.935.793,25 e para o ano de 2024, o Conselho de Administração destinou o **valor de R\$ 1.650.000.**



O Selo Instituto Sicoob visa mapear e reconhecer os projetos desenvolvidos pelas cooperativas centrais e singulares do Sicoob para as comunidades. Ele é a marca que identifica que um projeto promove benefícios na comunidade em que foi implementado, e está em conformidade com critérios definidos pelo Instituto Sicoob.

No ano de 2023, o Sicoob Credibom recebeu dois Selos do Instituto Sicoob :



Coleta de Pilhas e Baterias:

O projeto iniciou com o objetivo de coletar pilhas e baterias, com foco em fazer o seu adequado descarte. Foi confeccionado um 'papa pilhas e baterias' para cada agência e para oito escolas municipais da cidade de Bom Despacho.

O descarte do material coletado passou então a ser realizado por empresa certificada e especializada, contribuindo de forma positiva para a sustentabilidade local.

Jornada MEI:

A Jornada MEI tem o objetivo de auxiliar os microempreendedores a se preparem e se atualizarem para o mercado, avaliando, entendendo, criando encontrando competências importantes que precisam para crescer seu negócio. A iniciativa conta com abordagens sobre planejamento financeiro, composição de preços e marketing digital. Ação em parceria com SEBRAE, Sala Mineira do Empreendedor, CDL/ACIBOM, Sicoob Credesp e Prefeitura Municipal de Bom Despacho.





GOVERNANÇA E GESTÃO SOB A ÓTICA DO PDGC

Em 2023 o SICOOB CREDIBOM completou 10 anos de participação no Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC), um dos programas do SESCOOP voltado para o desenvolvimento e adoção de boas práticas de Governança e Gestão.

O Sicoob Credibom nestes 10 anos contou com o Sistema Ocemg, órgão responsável por monitorar o desempenho das cooperativas do Estado de Minas Gerais.

O Programa é aplicado por meio de instrumento de avaliação, que permite um diagnóstico objetivo da governança e da gestão da cooperativa. É realizado em ciclos anuais, visando à melhoria contínua a cada ciclo de planejamento, execução, controle e aprendizado.

Nestes 10 anos, o Sicoob Credibom apresentou uma significativa evolução dos seus indicadores de Governança e Gestão, saindo de uma nota média da sua autoavaliação de 75,65% em 2013 para 99,55% em 2023.

PARTICIPAÇÃO DA COOPERATIVA NO PDGC

CICLO	ISGC	ISG
2013	73,5%	77,8%
2014	53,6%	79,2%
2015	54,9%	79,4%
2016	70,1%	79,1%
2017	71,9%	81,1%
2018	76,60%	72,31%
2019	85,29%	73,76%
2020	77,94%	86,56%
2021	91,25%	95,86%
2022	70,24%	80,38%
2023	100,00%	99,10%

O último ano também marcou a primeira conquista do Sicoob Credibom no Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão, quando a cooperativa conquistou o selo de reconhecimento concedido pela unidade nacional do SESCOOP, recebido pelo presidente Pedro Adalberto da Costa no dia 19/12.

O Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão acontece a cada dois anos e é o reconhecimento em nível nacional das cooperativas que mais promovem o aumento da qualidade e da competitividade do nosso modelo de negócio. É dar destaque a quem já está pensando hoje no cooperativismo de amanhã.

O Sicoob Credibom segue investindo na melhoria contínua dos seus processos de governança e gestão e em 2024 a perspectiva será de evolução no programa buscando novos níveis de atuação.



CAPITAL HUMANO EM DESENVOLVIMENTO CONSTANTE

Para manter dirigentes e colaboradores atualizados com as principais tendências do mercado e do segmento cooperativista financeiro, o Sicoob Credibom conta com uma área de Gestão de Pessoas, responsável em promover o desenvolvimento constante de competências e valorização do seu capital humano.

O Sicoob Credibom, como sociedade de pessoas, coloca o capital humano no centro de suas estratégias, a fim de formar um time de alta performance, tecnicamente preparado para o desempenho de suas atividades e engajados nos projetos e metas da cooperativa.

Manter um clima organizacional saudável e agradável está entre as atribuições da Gestão de Pessoas, por entender que influencia diretamente na motivação dos colaboradores quando o assunto é desempenho e alcance de resultados.

A partir deste cenário, a área de Gestão de Pessoas desenvolveu suas ações em 2023 com foco em pilares fundamentais:



- Suprir a demanda de novos colaboradores para atender as necessidades de cada agência/área.
- Desenvolver nossos talentos para melhor posicionamento frente ao negócio.
- Reestruturar o plano de carreira da instituição.
- Promover atividades que gerem maior integração das equipes, motivação e valorização dos colaboradores.
- Gerir o Programa de Gestão de Desempenho da instituição.
- Disseminar práticas que promovam a Felicidade Interna do Colaborador.

A cada ano percebe-se que todo investimento nos seus colaboradores tem tornado o Sicoob Credibom mais competitivo, sustentável e preparado para lidar com as demandas do mercado, fator que impulsiona a cooperativa a investir cada vez mais no caminho do desenvolvimento humano.

Destacamos abaixo as ações implementadas no ano de 2023 pelo setor de Gestão de Pessoas:

- Processos seletivos alinhados com as demandas da cooperativa, sempre focando em perfis mais negociais e técnicos.
- Continuidade da construção do Plano de Cargos e Salários em parceria com o Sicoob Central Crediminas para ajustamento do plano de remuneração.
- Treinamentos do Success – Universidade Corporativa, Central Crediminas, Formacoop, PAEX (Parceiros para a Excelência em parceria com a Fundação Dom Cabral) e PDD (Programa de Desenvolvimento de Dirigentes).
- Programa de Gestão do Desempenho (PGD) para mensurar o desempenho de cada colaborador relacionado a competências e resultados, bem como fornecer feedbacks da apuração geral e construir o plano de desenvolvimento individual (PDI).
- Ações de valorização do colaborador e promoção do bem-estar: brinde aniversário, tempo de cooperativa e datas comemorativas nacionais.
- Incentivo à saúde conforme previsto no FIC (Felicidade Interna do Cooperativismo), programa implementado em parceria com o SISTEMA OCEMG. Foram incentivadas a prática de esportes com o apoio do Gogood e inserção de frutas (3 vezes por semana) no lanche dos colaboradores.
- FIC Conectado – anteriormente chamado RH na Agência, visa a integração e o desenvolvimento das conexões entre os colaboradores dos setores e agências da cooperativa para melhoria dos comportamentos e clima organizacional. Foram realizados 12 encontros no ano.
- Orientação dos gestores para desenvolvimento das equipes de trabalho.
- Mapeamento de competências para identificação de colaboradores com potencial de liderança e feedback do processo aos mesmos.
- Ação de integração da Gestão de Pessoas, área comercial e marketing com o objetivo de engajar colaboradores na campanha “Credibom Junina”.

A área de Gestão de Pessoas acredita que através do esforço de cada um é possível alicerçar grandes construções e fazer do Sicoob Credibom um lugar de destaque e excelência para trabalhar e produzir. Nesse cenário, o que puder ser feito para desenvolver o capital intelectual produzirá retornos incalculáveis.

Valorizar e reconhecer os colaboradores sempre eleva o nível de engajamento, comprometimento e adesão ao propósito da cooperativa, e, nesse quesito, a contribuição de todos é de fundamental importância. Como bem define Madre Teresa de Calcutá: “Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.





COMUNICAÇÃO E MARKETING, FERRAMENTAS QUE GARANTEM VISIBILIDADE E NEGÓCIOS

Um dos grandes desafios do cooperativismo financeiro é alcançar a visibilidade de mercado necessária para que mais pessoas usufruam deste sistema financeiro mais justo e humanizado.

No Sicoob, um esforço conjunto entre os três níveis sistêmicos, CCS, cooperativas centrais e singulares fortalece a sua comunicação e marketing a fim de contribuir para um melhor entendimento sobre o setor e sobre os benefícios implícitos no modelo de negócio cooperativo.

O Sicoob Credibom tem feito a sua parte e conta com uma Unidade de Comunicação e Marketing, que tem se estruturado para atender com excelência as demandas a partir do conceito da comunicação integrada: institucional, interna e comercial.

O maior objetivo é a cada dia a cooperativa contar com uma

estrutura adequada em pessoal/perfis para a implementação de ações que contribuam para fortalecer a marca, a intensificação do relacionamento com os cooperados, o desenvolvimento de ações de endomarketing, o planejamento e organização dos eventos e o incremento dos negócios.

No ano de 2023, merecem destaque as ações abaixo implementadas pela **UCM – Unidade de Comunicação e Marketing:**

- Promoção Capital Premiado: 01/11/2022 a 30/09/2023
- Quinzena do Consignado: 23/01 a 03/02/23
- Linha de crédito para energia solar fotovoltaica – janeiro 2023
- Crédito para produtor rural – fevereiro 2023
- Fábrica de limites: 4190 contratos / R\$19.012,783 / Salvo devedor diário R\$12.772,164
- Semana Patrimonial de Seguros – fevereiro
- Cartão Premiado – fevereiro
- Semana da Proteção – Edição Dia da Mulher: 06 a 12/03/2023
- Linha de Crédito e-commerce Sicoob Credibom – março 2023
- Linha de Crédito Especial Mês das Mulheres – março 2023
- Promoção investir é pra todos: junho
- Seguro Vida Empresarial: 05/06/2023 a 16/06/2023
- 51º Expobom: 05 a 08 de julho
- Dia de Campo Cooperbom – 06/06
- Seguros Gerais Semana Patrimonial – junho 2023
- Digital week – julho 2023
- Consignado Ação dos Avós – julho 2023

- Semana patrimonial – 03 a 09 julho
- Seguro de Vida Dia dos Pais – agosto de 2023
- Seguros Gerais Semana Patrimonial (11 a 15)
- Cartões | Sicoobcard PJ
- Campanha de Integralização de Capital (1º/8 a 10/10)
- Sipag | Credenciamento (1º/9 a 30/10)
- Coopcerto | Campanha com ranking
- Seguro de Vida Outubro Rosa
- Consignado | Promo Week
- Poupança | Mês das Crianças
- Cartões | Fábrica de Limites
- Campanha de Integralização de Capital (1º/8 a 10/10)
- Sipag | Credenciamento (1º/9 a 30/10)
- Cooperados | Novos Cooperados (20/09 a 31/12)
- Consórcio 2ª USC Promo Week: 2ª Semana de novembro
- Cartões | Fábrica de Limites;
- Black Week de Crédito | 15 a 31 de novembro.
- Seguros Gerais – Férias Protegidas | 4 a 8 de dezembro
- Previdência | Sicoob MI e VGLB de 01 a 31 de dezembro
- Cobrança | Faturamento de 01 a 31 de dezembro

NEGÓCIOS COM PROPÓSITO

A realização de negócios com propósito faz toda a diferença no alcance dos resultados e o atingimento das metas do Sicoob Credibom, na medida em que conta com um time aderente aos direcionamentos estratégicos da cooperativa e, por isso comprometido e engajado.

No Sicoob Credibom a realização de negócios vai além do ato de vender um produto ou serviço para o cooperado, busca-se antes de tudo a manutenção de um relacionamento sólido e próximo a fim de conhecer suas realidades, necessidades, aspirações e desejos para então atender com excelência.

Por outro lado, busca-se constantemente a solidez e sustentabilidade do Sicoob Credibom, na certeza de que todos os resultados alcançados se reverterão em mais benefícios para os cooperados.

O conhecimento do completo e diversificado portfólio de soluções financeiras da cooperativa é de extrema importância para que haja transparência e clareza nas informações durante todo o processo de vendas. Portanto, manter a força de vendas capacitada e atualizada é uma das estratégias da área de negócios a fim de que o cooperado tenha sempre uma experiência memorável.

Ao findar o exercício de 2023 foram apurados números expressivos na comercialização dos principais produtos e serviços do Sicoob Credibom, confira:



Faturamento de Cartões: 199 MM



Cobrança Bancária: 680 MM de liquidação



Consórcios: 34 MM em cartas comercializadas



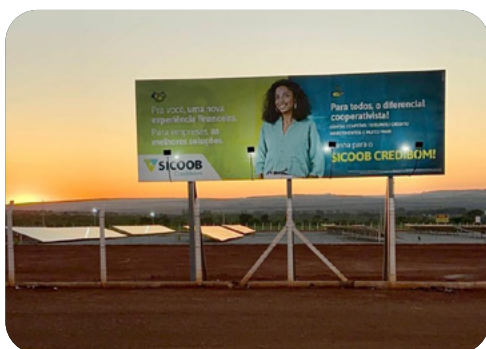
Sipag: 53 MM de faturamento

Saldo de Poupança: 100 MM



Consignado: 3,5 MM

É importante ressaltar que todas as condições de taxas, tarifas e prazos são as mais justas e atrativas, além do atendimento especializado da equipe do Sicoob Credibom, sendo uma preocupação constante impulsionar a economia local. Por isso, em várias datas especiais de 2023 houveram linhas de crédito promocionais, tendo sido liberados 719 contratos que somaram 39 MM de reais.



Energia Fotovoltaica

Somente no ano de 2022, o Sicoob Credibom financiou mais de 130 usinas de energia fotovoltaica para seus associados, perfazendo um volume total de R\$ 7,4 milhões.

Apesar das mudanças nas regras de contratação dos sistemas fotovoltaicos de micro e minigeração de energia (pequenas usinas ou usinas residenciais e comerciais) a partir de janeiro de 2023, quando passaram a ser taxadas de modo progressivo, no total, foram financiados com recursos próprios mais de R\$ 40,5 milhões, atendendo 584 associados, no último biênio.



GANHO SOCIAL, BENEFÍCIO DE SER UM COOPERADO.

O Sicoob Credibom, como instituição financeira cooperativa trabalha a partir de um modelo econômico baseado na economia compartilhada, que promove o compartilhamento de bens e serviços, funcionando com base nos princípios da cooperação e troca mútua de recursos.

Com forte propósito de proporcionar cidadania financeira e prosperidade a seus cooperados, o Sicoob Credibom pratica taxas mais justas e acessíveis. Além disso, ao relacionar com o Sicoob Credibom, os cooperados têm acesso a benefícios e vantagens especiais, como ser dono, ter voz ativa e poder de decisão, participar dos resultados e contribuir para o desenvolvimento local.

Todas estas vantagens são tangíveis, entretanto, existe outro ganho indireto gerado durante o relacionamento do

cooperado com a cooperativa financeira, conhecido como **GANHO SOCIAL**.

O **GANHO SOCIAL** representa o somatório da diferença entre as taxas e tarifas praticadas pela cooperativa e a média das taxas e tarifas utilizadas no Sistema Financeiro Nacional na comercialização dos produtos e serviços, tais como, juros sobre operações de crédito comerciais e rurais, remuneração de depósitos a prazo, precificação de produtos.

A partir deste conceito, no final de 2023 foi apurada pelo Sicoob Credibom uma diferença de **R\$ 112.033.530** nas operações dos cooperados em relação ao mercado. Tendo como base **19.556 cooperados** com contas ativas na cooperativa, cada cooperado economizou **R\$ 5.728**, sendo este considerado um ganho indireto ou ganho social.



		SFN TAXA MÉDIA MENSAL	COOPERATIVA TAXA MÉDIA MENSAL	VALOR ECONOMIZADO NO PERÍODO
JUROS	CHEQUE ESPEC AL - PF	7,270/0	76,20%	R\$ 1.138.366
	CONSIGNADO	1,91%	1,51%	R\$ 23.316
	EMPRÉSTIMOS PF E PJ	3,640/0	1,70%	R\$ 53.213.736
	DESCONTO DE CHEQUES PF	3,32%	1,72%	R\$ 1.230.579
	FINANC. DE VEÍCULOS PF	2,01%	1,47%	R\$ 903.292
	CRÉDITO RURAL PF¹	0,88%	0,68%	R\$ 7.348.374
	CARTÃO DE CRÉDITO ROTATIVO	13,73%	6,99%	R\$ 1.029.703
	CARTÃO DE CRÉDITO PARCELADO	8,51%	6,40%	R\$ 73.699
	CHEQUE ESPECIAL PJ	13,10%	5,74%	R\$ 10.544.949
	TÍTULOS DESCONTADOS	1,97%	1,43%	R\$ 1.421.465
	CRÉDITO RURAL PJ¹	0,94%	0,91%	R\$ 240.411
	FINANC. DE VEÍCULOS PJ	1,38%	1,37%	R\$ 42.263
	FINANC. DE BENS E SERV. PJ	1,64%	1,56%	R\$ 178.653
	TOTAL JUROS			R\$ 77.388.811
TARIFAS	TARIFAS PF²	R\$ 30,82	R\$ 13,76	R\$ 3.314.422
	TARIFAS PJ³	R\$ 150,44	R\$ 31,88	R\$ 4.786.991
	TOTAL TARIFAS			R\$ 8.101.414
CONSÓRCIOS ⁴	IMÓVEIS	0,09%	0,04%	R\$ 10.495
	CAMINHÕES	0,12%	0%	
	VEÍCULOS	0,17%	0,09%	R\$ 16.359
	MOTOS	0,27%	0,12%	R\$ 1.580
	OUTROS BENS	0,28%	0,21%	R\$ 34
	SERVIÇOS	0,35%	0%	
TOTAL CONSÓRCIOS				R\$ 28.470
CAPTAÇÃO REMUNERAÇÃO	DEPÓSITOS A PRAZO	0,77%	0,98%	R\$ 11.673.931
	TOTAL CAPTAÇÃO			R\$ 11.673.931
ADQUIRÊNCIA	DÉBITO (MDR)	1,86%	1,64%	R\$ 35.773
	CRÉDITO (MDR)	3,63%	2,64%	R\$ 122.213
	PARCELADO (MDR)	4,95%	3,08%	R\$ 367.938
	ANTECIPAÇÃO	3,14%	2,91%	R\$ 32.318
	TOTAL ADQUIRÊNCIA			R\$ 558.243
ECONOMIA TOTAL				R\$ 97.750.871
SOBRAS ACUMULADAS NO ANO ⁵				R\$ 14.282.659
ECONOMIA TOTAL + SOBRAS ACUMULADAS NO ANO				R\$ 112.033.530
COOPERADOS ATIVOS (QUANTIDADE MÉDIA NO PERÍODO)				19.556
VALOR ECONOMIZADO (MÉDIA POR COOPERADO ATIVO)				R\$5.729

Fonte: Centro Cooperativo Sicoob, Banco Central do Brasil, SipagNet e RadarPag. Nota: Taxas do SFN (média do período)/Não constam os produtos Seguros e Previdência, devido à impossibilidade de obtenção das taxas médias de mercado. Elaboração: Centro Cooperativo Sicoob (CCS). 1 Considera-se somente o crédito rural direcionado. 2 Tarifas SFN PF: as apurações de 12/2019 a 12/2022 consideram o valor médio do "Pacote Padronizado de Serviços III". A partir da apuração de 06/2023 passou-se a considerar o valor médio do "Pacote Padronizado de Serviços I, II, III e IV". Pacote Padronizado de Serviços conforme Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.196, de 15 de março de 2013. 3 Tarifas SFN PJ: realiza-se a média dos valores dos pacotes de serviços para PJ do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander, excluindo-se as tarifas direcionadas ao segmento "grandes empresas". 4 Consórcios: os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência do indicador. Para efeito de cálculo, considera-se a taxa de administração mensal equivalente ao período analisado. Sobras: Dados preliminares a serem auditados. Sobras bruta descontadas as reservas de lucros, em alinhamento à metodologia do BCB para cálculo do indicador de Benefício Econômico do Cooperativismo. 6 Captação: as apurações de 12/2019 a 12/2022 consideram os valores de captação dos produtos RDC, CDI, LCA e LCI. A partir da apuração de 06/2023 passou-se a considerar os produtos de RDC, CDI, LCA, LCI e Poupança.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2023

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBOM LTDA. – SICOOB CREDIBOM

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira SICOOB CREDIBOM.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente às diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CREDIBOM é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos.

Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 89,43% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.



Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2023, o SICOOB CREDIBOM registrou o total de 36 (trinta e seis) manifestações. Das reclamações, 14 (quatorze) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e

proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Unidade de Apresentação: reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	33,73%	28.779.450,70	21.521.161,61
Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	7,78%	21.925	20.342
Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Rural	0,36%	56.390.855,31	56.186.295,79
Carteira Comercial	24,30%	313.717.465,72	252.396.629,17
Total	19,94%	370.108.321,03	308.582.924,96

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 16,26% da carteira, no montante de R\$ 61.765.488,28.

Captações	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	41,59%	192.194.663,05	135.736.276,34
Depósitos sob aviso	-1,10%	6.263.829,34	6.333.281,01
Depósitos a prazo	28,45%	379.319.754,69	295.304.008,01
LCA	6,54%	55.271.000,38	51.879.173,84
LCI	18,56%	10.285.455,11	8.674.984,71
Total	29,20%	643.334.702,57	497.927.723,91

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 16,81% da captação, no montante de R\$ 106.639.477,88.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	26,49%	105.785.303,23	83.631.899,31

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

BOM DESPACHO-MG, 31 de dezembro de 2023.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIBOM LTDA. - SICOOB CREDIBOM SICOOB CREDIBOM - CNPJ: 21.670.187/0001-00 BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		825.927.673,23	658.265.673,44
DISPONIBILIDADES	4	6.555.270,79	3.301.666,22
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		829.645.919,39	657.940.047,34
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	57.014.477,47	26.234.693,80
Títulos e Valores Mobiliários	6	25.517.735,34	11.911.267,28
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários		(60.620,91)	-
Relações Interfinanceiras		365.913.859,68	301.653.568,70
Centralização Financeira		365.913.859,68	301.653.568,70
Operações de Crédito	7	370.108.321,03	308.582.924,96
Outros Ativos Financeiros	8	11.152.146,78	9.557.592,60
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(25.689.019,92)	(17.516.133,79)
(-) Operações de Crédito	7.b	(24.563.126,55)	(16.927.482,30)
(-) Outras	8.1	(1.125.893,37)	(588.651,49)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	385.814,14	391.124,21
OUTROS ATIVOS	10	613.286,04	584.982,95
IMOBILIZADO DE USO	11	22.271.523,96	20.189.379,18
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11	(7.855.121,17)	(6.625.392,67)
TOTAL DO ATIVO		825.927.673,23	658.265.673,44
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		825.927.673,23	658.265.673,44
DEPÓSITOS	12	577.778.247,08	437.373.565,36
Depósitos à Vista		192.194.663,05	135.736.276,34
Depósitos Sob Aviso		6.263.829,34	6.333.281,01
Depósitos a Prazo		379.319.754,69	295.304.008,01
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		112.828.158,54	112.674.329,62
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	65.556.455,49	60.554.158,55
Relações Interfinanceiras		46.852.661,17	41.282.852,98
Repasse Interfinanceiros	14	46.852.661,17	41.282.814,95
Outras Relações Interfinanceiras		-	38,03
Outros Passivos Financeiros	16	419.041,88	10.837.318,09
PROVISÕES	17	6.187.847,70	5.661.467,71
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	1.728.194,01	2.259.627,79
OUTROS PASSIVOS	19	13.258.338,06	9.585.204,04
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		114.146.887,84	90.711.478,92
CAPITAL SOCIAL	20	24.454.453,65	21.113.269,13
RESERVAS DE SOBRAS	20.e	78.095.001,13	60.394.355,52
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		11.597.433,06	9.203.854,27
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		825.927.673,23	658.265.673,44

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA DE CREDITO CREDIBOM LTDA. - SICOOB CREDIBOM
SICOOB CREDIBOM - CNPJ: 21.670.187/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		61.369.384,67	116.866.404,29	87.398.845,63
Operações de Crédito	22	37.347.719,87	70.880.328,70	52.752.876,68
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	21.142.433,66	41.117.991,76	32.534.716,12
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		2.503.104,89	4.491.957,58	2.059.274,19
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		376.036,25	376.036,25	51.978,64
Resultado das Aplicações Compulsórias		90,00	90,00	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22	(37.625.765,09)	(69.561.677,57)	(46.901.324,82)
Operações de Captação no Mercado		(25.487.405,93)	(49.410.991,42)	(38.033.655,78)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.832.104,48)	(3.517.951,06)	(2.263.076,14)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(10.306.254,68)	(16.632.735,09)	(6.604.592,90)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		23.743.619,58	47.304.726,72	40.497.520,81
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(8.227.419,06)	(16.360.428,63)	(16.372.283,60)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	7.106.206,46	12.917.173,95	9.003.035,09
Rendas de Tarifas	25	3.051.107,24	5.708.794,97	4.750.940,22
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(10.540.483,89)	(20.139.839,38)	(17.014.879,41)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(7.166.906,03)	(13.839.881,17)	(13.688.997,15)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(377.115,83)	(741.197,45)	(686.953,47)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	3.374.272,61	5.789.857,30	4.710.807,95
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(3.674.499,62)	(6.055.336,85)	(3.446.236,83)
PROVISÕES		(110.171,08)	(528.136,22)	(522.372,99)
Provisões/Reversões para Contingências		(133.319,71)	(356.134,55)	(180.037,47)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		23.148,63	(172.001,67)	(342.335,52)
RESULTADO OPERACIONAL		15.406.029,44	30.416.161,87	23.602.864,22
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	(12.968,99)	(22.015,53)	(153,17)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		15.393.060,45	30.394.146,34	23.602.711,05
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		125.438,83	(689.024,84)	(1.371.636,59)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		82.303,26	(422.468,31)	(839.365,60)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		43.135,57	(266.556,53)	(532.270,99)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(521.472,12)	(925.670,80)	(709.912,85)
				21.521.161,61

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIBOM LTDA. - SICOOB CREDIBOM
SICOOB CREDIBOM - CNPJ: 21.670.187/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		14.997.027,16	28.779.450,70	21.521.161,61
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		14.997.027,16	28.779.450,70	21.521.161,61

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA DE CREDITO CREDIBOM LTDA. - SICOOB CREDIBOM
SICOOB CREDIBOM - CNPJ: 21.670.187/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021		20.086.977,03	(3.980,00)	41.385.099,85	12.883.138,81	74.351.235,69
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Ao FATES		-	-	-	(883.138,81)	(883.138,81)
Constituição de Reservas		-	-	7.500.000,00	(7.500.000,00)	-
Distribuição de sobras para associados		1.120.361,44	-	-	(4.500.000,00)	(3.379.638,56)
Outros Eventos/Reservas		-	-	4.437,83	-	4.437,83
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		772.794,66	2.109,00	-	-	774.903,66
Por Devolução (-)		(863.661,00)	-	-	-	(863.661,00)
Estorno de Capital		(1.332,00)	-	-	-	(1.332,00)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	1.488.474,07	1.488.474,07
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	21.521.161,61	21.521.161,61
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	11.504.817,84	(11.504.817,84)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(2.300.963,57)	(2.300.963,57)
Saldos em 31/12/2022		21.115.140,13	(1.871,00)	60.394.355,52	9.203.854,27	90.711.478,92
Saldos em 31/12/2022		21.115.140,13	(1.871,00)	60.394.355,52	9.203.854,27	90.711.478,92
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas		-	-	3.203.854,27	(3.203.854,27)	-
Distribuição de sobras para associados		1.495.155,07	-	-	(6.000.000,00)	(4.504.844,93)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		840.002,65	(5.729,00)	-	-	834.273,65
Por Devolução (-)		(921.640,16)	-	-	-	(921.640,16)
Estorno de Capital		(1.816,87)	-	-	-	(1.816,87)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	2.189.543,08	2.189.543,08
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	28.779.450,70	28.779.450,70
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(1.975.411,11)	(1.975.411,11)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.935.212,83	-	-	-	1.935.212,83
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	14.496.791,34	(14.496.791,34)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(2.899.358,27)	(2.899.358,27)
Saldos em 31/12/2023		24.462.053,65	(7.600,00)	78.095.001,13	11.597.433,06	114.146.887,84
Saldos em 30/06/2023		22.493.959,30	(1.863,00)	63.598.209,79	12.808.481,91	98.898.788,00
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		347.803,72	(5.737,00)	-	-	342.066,72
Por Devolução (-)		(314.305,33)	-	-	-	(314.305,33)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	(616,87)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	2.189.543,08	2.189.543,08
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	14.997.027,16	14.997.027,16
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.935.212,83	-	-	(1.001.469,48)	(1.001.469,48)
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	-	-	1.935.212,83
FATES - Atos Cooperativos		-	-	14.496.791,34	(14.496.791,34)	-
		-	-	-	(2.899.358,27)	(2.899.358,27)
Saldos em 31/12/2023		24.462.053,65	(7.600,00)	78.095.001,13	11.597.433,06	114.146.887,84

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIBOM LTDA. - SICOOB CREDIBOM
SICOOB CREDIBOM - CNPJ: 21.670.187/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo		(1.570.093,65)	(1.570.093,65)	(1.186.112,61)
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo		-	(445.512,93)	(473.734,27)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	10.306.254,68	16.632.735,09	6.604.592,90
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	(23.148,63)	172.001,67	342.335,52
Provisões/Reversões para Contingências	31	133.319,71	356.134,55	180.037,47
Atualização de Depósitos em Garantia	29	(65.488,40)	(294.443,48)	(304.041,56)
Depreciações e Amortizações	27	678.419,21	1.263.059,91	1.168.658,33
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		24.852.323,37	46.508.027,50	29.934.446,83
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(20.701.149,85)	(30.779.783,67)	(26.234.693,80)
Títulos e Valores Mobiliários		(11.498.135,55)	(11.498.135,55)	2.040.181,37
Relações Interfinanceiras		8.575,39	-	-
Operações de Crédito		(33.773.406,42)	(69.261.303,41)	(52.234.394,13)
Outros Ativos Financeiros		(937.759,97)	(2.024.052,32)	(2.817.790,31)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(196.481,58)	5.310,07	(391.020,55)
Outros Ativos		1.317.547,89	(28.303,09)	19.672,72
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		46.956.265,66	56.458.386,71	13.486.457,54
Depósitos sob Aviso		(87.231,29)	(69.451,67)	495,53
Depósitos a Prazo		30.281.850,21	84.015.746,68	70.936.031,50
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		(2.036.856,37)	5.002.296,94	10.809.809,47
Relações Interfinanceiras		2.799.723,50	5.569.808,19	11.936.045,66
Outros Passivos Financeiros		(536.013,42)	(10.418.276,21)	6.108.590,19
Provisões		1.826,55	(1.756,23)	(1.615,63)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		254.824,36	151.046,15	199.939,51
Outros Passivos		(1.337.480,92)	772.052,11	2.081.324,52
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		-	-	(883.138,81)
FATES – Atos Cooperativos		(2.899.358,27)	(2.899.358,27)	(2.300.963,57)
Reversão/Realização de Fundos		2.189.543,08	2.189.543,08	1.488.474,07
Imposto de Renda Pago		-	(839.288,73)	(466.071,98)
Contribuição Social Pago		-	(532.216,04)	(377.466,55)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		34.658.606,37	72.320.292,24	63.334.313,58
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo		-	44.861,23	26.070,12
Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo		-	400.651,70	447.664,15
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo		1.570.093,65	1.570.093,65	1.186.112,61
Aquisição de Investimentos		(1.774.469,94)	(2.047.711,60)	(1.142.399,33)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(1.414.429,05)	(2.147.581,21)	(2.978.461,58)
				(2.461.014,03)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		342.066,72	834.273,65	774.903,66
Devolução de Capital aos Cooperados		(314.305,33)	(921.640,16)	(863.661,00)
Estorno de Capital		(616,87)	(1.816,87)	(1.332,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(4.504.844,93)	(3.379.638,56)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.935.212,83	1.935.212,83	-
Outros Eventos/Reservas		-	-	4.437,83
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		1.962.357,35	(2.658.815,48)	(3.465.290,07)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		35.206.534,67	67.513.895,55	57.408.009,48
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	337.262.595,80	304.955.234,92	247.547.225,44
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	372.469.130,47	372.469.130,47	304.955.234,92
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		35.206.534,67	67.513.895,55	57.408.009,48

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBOM LTDA. – SICOOB CREDIBOM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBOM LTDA. – SICOOB CREDIBOM**, doravante denominado **SICOOB CREDIBOM**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **09/09/1985**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIBOM, sediado à **AVENIDA DAS PALMEIRAS, Nº 170, CENTRO, BOM DESPACHO – MG**, possui: 7 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BOM DESPACHO – MG, ARAUJOS – MG, NOVA SERRANA – MG, BELO HORIZONTE – MG, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB CREDIBOM tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif, consonante à Resolução CMN nº 4.747/2019, Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 05/03/2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;



ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif;

iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;

iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

- **Fase 1 – Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
- **Fase 2 – Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.
- **Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- **Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- **Fase 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).

- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origem.
- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 – Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas.

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme a aplicação do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de junho de 2021), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2022 são reapresentadas abaixo:

O saldo constante na linha de “Reversão/Realização de Fundo” foi reclassificado na Demonstração do Fluxos de Caixa – DFC, em 2022, do grupo de “atividades de financiamentos” para “aumento/redução em passivos operacionais”. O montante envolvido foi de R\$ 1.488.474,07 mil.

A reapresentação descrita não resultou na modificação do saldo da Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC apurada no exercício findo em 2022.



3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

São representados pelas Participações de Cooperativas registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários,



caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

q) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

r) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

s) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

u) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

w) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIBOM opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.



Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	6.555.270,79	3.301.666,22
Relações interfinanceiras – centralização financeira (a)	365.913.859,68	301.653.568,70
TOTAL	372.469.130,47	304.955.234,92

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos da Centralização Financeira	21.142.433,66	41.117.991,76	32.534.716,12

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ligadas	34.854.657,69	22.159.819,78	57.014.477,47	26.234.693,80	–	26.234.693,80
TOTAL	34.854.657,69	22.159.819,78	57.014.477,47	26.234.693,80	–	26.234.693,80

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.503.104,89	4.491.957,58	2.059.274,19

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	13.833.454,88	13.833.454,88	-	11.785.743,28	11.785.743,28
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito (a)	-	125.524,00	125.524,00	-	125.524,00	125.524,00
Títulos de Renda Fixa (b)	3.149.264,59	-	3.149.264,59	-	-	-
CPR-F (c)	4.244.487,16	4.165.004,71	8.409.491,87	-	-	-
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7.393.751,75	18.123.983,59	25.517.735,34	-	11.911.267,28	11.911.267,28
(-) Outros No País (d)	(60.620,91)	-	(60.620,91)	-	-	-
(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(60.620,91)	-	(60.620,91)	-	-	-
TOTAL	7.333.130,84	18.123.983,59	25.457.114,43	-	11.911.267,28	11.911.267,28

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Os títulos de renda fixa referem-se a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativo – RDC, no SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com remuneração média de 109% do CDI.

(c) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme previsto pela Lei nº 8.929/1994.

(d) Referem-se aos valores destinados à formação de provisão referente a desvalorizações de títulos e valores mobiliários das CPRs.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	436.657,16	436.657,16	51.978,64
(-) Desvalorização de Títulos Livres	(60.620,91)	(60.620,91)	-
TOTAL	376.036,25	376.036,25	51.978,64

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:



Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	150.815.892,31	90.193.385,04	241.009.277,35	115.201.455,15	75.730.619,66	190.932.074,81
Financiamentos	31.603.989,74	41.104.198,63	72.708.188,37	27.617.520,67	33.847.033,69	61.464.554,36
Financiamentos Rurais	40.155.507,42	16.235.347,89	56.390.855,31	42.425.231,38	13.761.064,41	56.186.295,79
Total de Operações de Crédito	222.575.389,47	147.532.931,56	370.108.321,03	185.244.207,20	123.338.717,76	308.582.924,96
(-) Provisões para Operações de Crédito	(12.805.184,05)	(11.757.942,50)	(24.563.126,55)	(8.283.843,85)	(8.643.638,45)	(16.927.482,30)
TOTAL	209.770.205,42	135.774.989,06	345.545.194,48	176.960.363,35	114.695.079,31	291.655.442,66

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA - Normal	12.291.693,21	5.528.980,27	17.897.921,63	35.718.595,11		27.462.259,32	
A 0,5% Normal	72.839.018,56	26.973.222,87	22.027.331,11	121.839.572,54	(609.197,86)	102.195.591,12	(510.978,10)
B 1% Normal	66.014.083,15	20.058.027,56	9.195.730,89	95.267.841,60	(952.678,42)	87.201.778,94	(872.017,93)
B 1% Vencidas	185.427,16	33.079,41	-	218.506,57	(2.185,07)	381.271,81	(3.812,85)
C 3% Normal	54.825.018,15	15.403.002,68	6.374.163,92	76.602.184,75	(2.298.065,54)	64.694.324,84	(1.940.829,88)
C 3% Vencidas	1.925.362,14	764.902,15	-	2.690.264,29	(80.707,93)	1.082.372,93	(32.471,32)
D 10% Normal	8.452.980,20	1.615.256,19	77.742,52	10.145.978,91	(1.014.597,89)	7.088.864,48	(708.886,58)
D 10% Vencidas	852.478,43	183.235,47	5.201,68	1.040.915,58	(104.091,56)	828.959,62	(82.896,09)
E 30% Normal	3.475.469,51	297.323,44	5.090,23	3.777.883,18	(1.133.364,95)	3.204.891,81	(961.467,67)
E 30% Vencidas	1.894.127,72	35.985,12	554.875,51	2.484.988,35	(745.496,51)	1.403.154,18	(420.946,38)
F 50% Normal	1.659.490,53	298.514,56	51.251,82	2.009.256,91	(1.004.628,46)	1.224.663,49	(612.331,88)
F 50% Vencidas	1.332.736,06	433.245,45	-	1.765.981,51	(882.990,76)	1.148.246,75	(574.123,51)
G 70% Normal	739.597,04	130.239,23	-	869.836,27	(608.885,39)	621.908,09	(435.335,79)
G 70% Vencidas	1.385.966,14	416.576,46	31.731,56	1.834.274,16	(1.283.994,91)	910.844,78	(637.591,52)
H 100% Normal	4.356.224,62	71.318,28	42.814,81	4.470.357,71	(4.470.357,71)	3.104.670,76	(3.104.670,76)
H 100% Vencidas	8.779.604,73	465.279,23	126.999,63	9.371.883,59	(9.371.883,59)	6.029.122,04	(6.029.122,04)
Total Normal	224.653.574,97	70.375.885,08	55.672.046,93	350.701.506,98	(12.091.776,22)	296.798.952,85	(9.146.518,59)
Total Vencidos	16.355.702,38	2.332.303,29	718.808,38	19.406.814,05	(12.471.350,33)	11.783.972,11	(7.780.963,71)
Total Geral	241.009.277,35	72.708.188,37	56.390.855,31	370.108.321,03	(24.563.126,55)	308.582.924,96	(16.927.482,30)
Provisões	(21.389.966,27)	(2.385.904,80)	(787.255,48)	(24.563.126,55)		(16.927.482,30)	
Total Líquido	219.619.311,08	70.322.283,57	55.603.599,83	345.545.194,48		291.655.442,66	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	73.826.742,63	76.989.149,68	90.193.385,04	241.009.277,35	190.932.074,81
Financiamentos	8.960.137,63	22.643.852,11	41.104.198,63	72.708.188,37	61.464.554,36
Financiamentos Rurais	6.096.981,86	34.058.525,56	16.235.347,89	56.390.855,31	56.186.295,79
TOTAL	88.883.862,12	133.691.527,35	147.532.931,56	370.108.321,03	308.582.924,96

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	% da Carteira	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado - Comércio	29.699.623,70	2.219.380,22	-	8,62%	31.919.003,92	21.778.436,84
Setor Privado - Indústria	14.167.941,87	1.622.869,22	-	4,27%	15.790.811,09	17.656.853,34

Setor Privado – Serviços	94.464.419,80	35.231.375,32	-	35,04%	129.695.795,12	92.506.986,34
Pessoa Física	100.319.621,41	29.584.320,60	51.256.368,03	48,95%	181.160.310,04	169.470.458,08
Outros	2.357.670,57	4.050.243,01	5.134.487,28	3,12%	11.542.400,86	7.170.190,36
TOTAL	241.009.277,35	72.708.188,37	56.390.855,31	100,00%	370.108.321,03	308.582.924,96

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(16.927.482,30)	(16.645.421,46)
Constituições/Reversões no período	(15.373.550,59)	(5.564.551,68)
Transferência para prejuízo no período	7.737.906,34	5.282.490,84
Saldo Final	(24.563.126,55)	(16.927.482,30)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	6.104.568,94	1,61%	5.119.197,70	1,66%
10 Maiores Devedores	40.776.796,62	10,73%	26.108.131,71	8,45%
50 Maiores Devedores	96.853.701,73	25,50%	66.712.101,18	21,58%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	19.870.575,17	16.863.251,18
Valor das operações transferidas no período	8.459.848,96	6.392.592,76
Valor das operações recuperadas no período	(3.329.883,85)	(2.258.473,33)
Valor das operações renegociadas no período	(2.160.776,68)	(505.457,49)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(190.230,64)	(621.337,95)
Saldo Final	22.649.532,96	19.870.575,17

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas no exercício de 2023 totalizaram R\$ 12.997.146,61, são decorrentes de operações de crédito consignado, crédito rural e empréstimos.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avals e Fianças Honrados (a)	1.504.747,54	-	1.504.747,54	719.284,24	-	719.284,24



Rendas a Receber (b)	4.144.164,04	-	4.144.164,04	3.831.353,37	-	3.831.353,37
Títulos e Créditos a Receber (c)	304.425,21	-	304.425,21	229.150,76	-	229.150,76
Devedores por Depósitos em Garantia(d)	-	5.198.809,99	5.198.809,99	-	4.777.804,23	4.777.804,23
TOTAL	5.953.336,79	5.198.809,99	11.152.146,78	4.779.788,37	4.777.804,23	9.557.592,60

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	31.153,95	-	31.153,95	30.717,79	-	30.717,79
Rendas de Cartões	576.251,35	-	576.251,35	312.009,53	-	312.009,53
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	3.330.003,23	-	3.330.003,23	3.381.836,97	-	3.381.836,97
Rendas de Domicílio Bancário	100.425,45	-	100.425,45	-	-	-
Rendas de Poupança	82.440,41	-	82.440,41	74.883,66	-	74.883,66
Rendas de Transações Interfinanceiras	23.889,65	-	23.889,65	31.905,42	-	31.905,42
TOTAL	4.144.164,04	-	4.144.164,04	3.831.353,37	-	3.831.353,37

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 275.925,63); e Valores A Receber - Aluguel Sipag 2.0 (R\$ 28.499,58);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pis	-	265.981,98	265.981,98	-	255.813,78	255.813,78
Pis Folha	-	1.034.303,12	1.034.303,12	-	859.861,84	859.861,84
Cofins	-	1.402.960,63	1.402.960,63	-	1.349.151,50	1.349.151,50
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	33.527,71	33.527,71	-	-	-
Outros Devedores por Depósitos em Garantia	-	2.462.036,55	2.462.036,55	-	2.312.977,11	2.312.977,11
TOTAL	-	5.198.809,99	5.198.809,99	-	4.777.804,23	4.777.804,23

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total

Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.125.893,37)	-	(1.125.893,37)	(588.651,49)	-	(588.651,49)
TOTAL	(1.125.893,37)	-	(1.125.893,37)	(588.651,49)	-	(588.651,49)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
E 30% Normal	116.441,40	116.441,40	(34.932,42)	-	-
E 30% Vencidas	235.104,80	235.104,80	(70.531,44)	149.439,07	(44.831,75)
F 50% Normal	5.154,53	5.154,53	(2.577,27)	-	-
F 50% Vencidas	163.041,99	163.041,99	(81.521,00)	33.014,34	(16.507,20)
G 70% Normal	20.673,22	20.673,22	(14.471,25)	-	-
G 70% Vencidas	141.572,44	141.572,44	(99.100,83)	31.727,68	(22.209,39)
H 100% Normal	14.006,30	14.006,30	(14.006,30)	-	-
H 100% Vencidas	808.752,86	808.752,86	(808.752,86)	505.103,15	(505.103,15)
Total Normal	156.275,45	156.275,45	(65.987,24)	-	-
Total Vencidos	1.348.472,09	1.348.472,09	(1.059.906,14)	719.284,24	(588.651,49)
Total Geral	1.504.747,54	1.504.747,54	(1.125.893,37)	719.284,24	(588.651,49)
Provisões	(1.125.893,37)	(1.125.893,37)		(588.651,49)	
Total Líquido	378.854,17	378.854,17		130.632,75	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	385.814,14	-	385.814,14	391.124,21	-	391.124,21
TOTAL	385.814,14	-	385.814,14	391.124,21	-	391.124,21

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: Contribuição Social – Antecipações (R\$ 125.691,54); IRPJ – Antecipações (R\$ 258.930,10); IOF A Compensar (R\$ 263,53); E Valores A Restituir – Perdcomp (R\$ 928,97).

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	33.874,18	-	33.874,18	58.686,04	-	58.686,04
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	17.396,25	-	17.396,25	18.527,86	-	18.527,86
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	96.809,97	-	96.809,97	210.034,20	-	210.034,20
Devedores Diversos – País (a)	29.912,84	-	29.912,84	25.130,90	-	25.130,90
Despesas Antecipadas (b)	435.292,80	-	435.292,80	272.603,95	-	272.603,95
TOTAL	613.286,04	-	613.286,04	584.982,95	-	584.982,95



(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	11.606,93	-	11.606,93	9.447,46	-	9.447,46
Plano de Saúde a Receber	9.845,08	-	9.845,08	10.307,24	-	10.307,24
Pendências a Regularizar – Banco Sicoob	6.696,73	-	6.696,73	5.208,83	-	5.208,83
Diferença de Caixa	308,20	-	308,20	-	-	-
Estoque de Pontos	1.455,90	-	1.455,90	-	-	-
Outros Devedores Diversos	-	-	-	167,37	-	167,37
TOTAL	29.912,84	-	29.912,84	25.130,90	-	25.130,90

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em Curso (a)		402.285,58	549.971,64
Terrenos		1.130.037,40	1.130.037,40
Edificações	4%	8.109.018,78	8.121.833,38
Instalações	10%	1.731.319,13	1.717.752,92
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.727.351,81	2.858.896,07
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.451.903,82	2.300.291,57
Sistema de Segurança	10%	936.090,13	807.425,07
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		3.783.517,31	2.703.171,13
Total de Imobilizado de Uso		22.271.523,96	20.189.379,18
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso – Edificações		(1.847.588,15)	(1.529.583,04)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(849.176,42)	(701.360,05)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(4.206.874,85)	(3.631.612,80)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(951.481,75)	(762.836,78)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(7.855.121,17)	(6.625.392,67)
TOTAL		14.416.402,79	13.563.986,51

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	192.194.663,05	-	192.194.663,05	135.736.276,34	-	135.736.276,34
Depósito Sob Aviso (b)	6.263.829,34	-	6.263.829,34	6.333.281,01	-	6.333.281,01
Depósito a Prazo (b)	379.104.525,70	215.228,99	379.319.754,69	295.281.961,75	22.046,26	295.304.008,01
TOTAL	577.563.018,09	215.228,99	577.778.247,08	437.351.519,10	22.046,26	437.373.565,36

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	10.489.645,14	1,65%	10.937.487,51	2,18%
10 Maiores Depositantes	73.092.808,81	11,52%	61.926.418,68	12,33%
50 Maiores Depositantes	163.327.279,89	25,74%	133.745.697,20	26,62%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(377.575,10)	(776.996,27)	(747.154,63)
Despesas de Depósitos a Prazo	(20.995.601,91)	(40.264.771,39)	(30.174.296,98)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(3.102.921,86)	(6.374.898,00)	(5.456.652,05)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(569.794,03)	(1.162.867,99)	(976.101,15)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(441.513,03)	(831.457,77)	(679.450,97)
TOTAL	(25.487.405,93)	(49.410.991,42)	(38.033.655,78)

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário – LCI	10.285.455,11	–	10.285.455,11	8.674.984,71	–	8.674.984,71
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA	53.730.590,46	1.540.409,92	55.271.000,38	47.514.516,94	4.364.656,90	51.879.173,84
TOTAL	64.016.045,57	1.540.409,92	65.556.455,49	56.189.501,65	4.364.656,90	60.554.158,55

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 12.d – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.



14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	32.526.384,77	14.326.276,40	46.852.661,17	32.195.017,70	9.087.797,25	41.282.814,95
TOTAL	32.526.384,77	14.326.276,40	46.852.661,17	32.195.017,70	9.087.797,25	41.282.814,95

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 8,00 % ao ano, com vencimento até 25/08/2023.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob	(1.832.104,48)	(3.517.951,06)	(2.263.076,14)
TOTAL	(1.832.104,48)	(3.517.951,06)	(2.263.076,14)

15. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Correspondentes no País	-	-	-	38,03	-	38,03
TOTAL	-	-	-	38,03	-	38,03

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	146.975,26	-	146.975,26	10.690.881,06	-	10.690.881,06
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	52.031,95	-	52.031,95	10.553,42	-	10.553,42
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	220.034,67	-	220.034,67	135.883,61	-	135.883,61
TOTAL	419.041,88	-	419.041,88	10.837.318,09	-	10.837.318,09

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Convênio de Energia Elétrica e Gás	87.843,36	-	87.843,36	50.090,26	-	50.090,26

Convênio Saneamento	5.184,80	-	5.184,80	1.616,70	-	1.616,70
Ordens de Pagamento	53.900,10	-	53.900,10	10.639.080,10	-	10.639.080,10
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	47,00	-	-	94,00	-	94,00
TOTAL	146.975,26	-	146.975,26	10.690.881,06	-	10.690.881,06

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito – IOF	185.814,31	-	185.814,31	98.210,69	-	98.210,69
Municipais	32.202,27	-	32.202,27	35.503,69	-	35.503,69
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.018,09	-	2.018,09	2.169,23	-	2.169,23
TOTAL	220.034,67	-	220.034,67	135.883,61	-	135.883,61

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	951.084,92	217.699,58	1.168.784,50	827.814,34	168.968,49	996.782,83
Provisão Para Contingências (b)	-	5.019.063,20	5.019.063,20	-	4.664.684,88	4.664.684,88
TOTAL	951.084,92	5.236.762,78	6.187.847,70	827.814,34	4.833.653,37	5.661.467,71

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	59.859.649,29	45.691.491,73
TOTAL	59.859.649,29	45.691.491,73

(b) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	265.981,98	265.981,98	255.813,78	255.813,78
PIS FOLHA	1.049.614,45	1.034.303,12	873.338,43	859.861,84



COFINS	1.402.960,63	1.402.960,63	1.349.151,50	1.349.151,50
Trabalhistas	-	33.527,71	-	-
Outras Contingências	2.300.506,14	2.462.036,55	2.176.381,17	2.312.977,11
TOTAL	5.019.063,20	5.198.809,99	4.664.684,88	4.777.804,23

b.1) Movimentação das Provisões para Contingências:

Descrição	Cível	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 01 janeiro de 2022	86.584,82	4.399.678,22	-	4.486.263,04
Constituição da provisão	30.781,00	90.282,20	10.000,00	131.063,20
Reversão da provisão	- 109.365,82			- 109.365,82
Atualização durante o exercício		156.724,46		156.724,46
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.000,00	4.646.684,88	10.000,00	4.664.684,88
				-
Saldo em 01 janeiro de 2023	8.000,00	4.646.684,88	10.000,00	4.664.684,88
Constituição da provisão	206.209,79	94.762,53	160.000,00	460.972,32
Reversão da provisão	- 82.084,82			- 82.084,82
Utilização durante o exercício			- 170.000,00	- 170.000,00
Atualização durante o exercício		145.490,82		145.490,82
Saldo em 31 de dezembro de 2023	132.124,97	4.886.938,23	-	5.019.063,20

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIBOM, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 2.377.595,11 (em 2022 totalizando R\$ 661.625,28)**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	689.024,84	-	689.024,84	1.371.504,77	-	1.371.504,77
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	53.808,86	-	53.808,86	44.240,49	-	44.240,49
Impostos e Contribuições sobre Salários	696.361,49	-	696.361,49	586.956,28	-	586.956,28
Outros (a)	288.998,82	-	288.998,82	256.926,25	-	256.926,25
TOTAL	1.728.194,01	-	1.728.194,01	2.259.627,79	-	2.259.627,79

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	212.727,86	-	212.727,86	203.453,55	-	203.453,55
ISSQN a recolher	30.274,50	-	30.274,50	26.213,05	-	26.213,05
PIS faturamento a recolher	4.246,39	-	4.246,39	3.769,79	-	3.769,79
COFINS a recolher	26.377,65	-	26.377,65	23.489,86	-	23.489,86
IRRF sobre juros ao capital	15.372,42	-	15.372,42	-	-	-
TOTAL	288.998,82	-	288.998,82	256.926,25	-	256.926,25

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	7.376.954,95	-	7.376.954,95	5.843.735,85	-	5.843.735,85
Cheques Administrativos	-	-	-	1.250,00	-	1.250,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	885.333,74	-	885.333,74	883.371,97	-	883.371,97
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	3.354.002,51	-	3.354.002,51	2.524.089,37	-	2.524.089,37
Credores Diversos – País (d)	1.642.046,86	-	1.642.046,86	332.756,85	-	332.756,85
TOTAL	13.258.338,06	-	13.258.338,06	9.585.204,04	-	9.585.204,04

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	996.335,61	-	996.335,61	670.875,07	-	670.875,07
Gratificações e Participações a Pagar (a.2)	515.041,92	-	515.041,92	296.073,38	-	296.073,38
Cotas de Capital a Pagar (a.3)	1.752.380,31	-	1.752.380,31	1.473.405,48	-	1.473.405,48
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.4)	4.113.197,11	-	4.113.197,11	3.403.381,92	-	3.403.381,92
TOTAL	7.376.954,95	-	7.376.954,95	5.843.735,85	-	5.843.735,85

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) As gratificações, segundo o artigo 457 da CLT, compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953) (Vide Lei nº 13.419, de 2017);

(a.3) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;



(a.4) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	2.086.574,19	-	2.086.574,19	1.766.771,84	-	1.766.771,84
Custos de Transações Interfinanceiras	22.089,56	-	22.089,56	25.240,14	-	25.240,14
Seguro Prestamista	373.642,67	-	373.642,67	204.456,39	-	204.456,39
Despesas com Cartões	256.312,18	-	256.312,18	92.688,63	-	92.688,63
Valores a Pagar – Domicílio Bancário	61.243,93	-	61.243,93	-	-	-
Segurança e Vigilância	60.862,57	-	60.862,57	3.997,09	-	3.997,09
Manutenção e Conservação de Bens	27.602,04	-	27.602,04	27.519,95	-	27.519,95
Transporte	22.017,11	-	22.017,11	15.163,88	-	15.163,88
Seguro	18.069,49	-	18.069,49	16.397,35	-	16.397,35
Compensação	233.158,97	-	233.158,97	244.604,91	-	244.604,91
Aluguéis	22.508,62	-	22.508,62	23.841,64	-	23.841,64
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	169.921,18	-	169.921,18	103.407,55	-	103.407,55
TOTAL	3.354.002,51	-	3.354.002,51	2.524.089,37	-	2.524.089,37

(d) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	12.102,27	-	12.102,27	4.056,31	-	4.056,31
Valores a Repassar à Cooperativa Central	89.624,06	-	89.624,06	80.780,54	-	80.780,54
SalDOS Credores – Encerramento C/C	38.899,68	-	38.899,68	38.899,68	-	38.899,68
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	123.393,42	-	123.393,42	141.253,58	-	141.253,58
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	24.177,60	-	24.177,60	47.777,77	-	47.777,77
Diferença de Caixa	1.327.686,30	-	1.327.686,30	675,21	-	675,21
Créditos de Terceiros	1,17	-	1,17	1,17	-	1,17
Pendências a Regularizar	720,82	-	720,82	8.275,07	-	8.275,07
Outros Credores Diversos – País	25.441,54	-	25.441,54	11.037,52	-	11.037,52
TOTAL	1.642.046,86	-	1.642.046,86	332.756,85	-	332.756,85

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	24.454.453,65	21.113.269,13
Quantidade de Cooperados	21.925	20.342

b) Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Fundo Voluntário

Conforme resolução 4.872/2020 são destinados aos Fundos Voluntários os recursos que representem obrigações e que sejam destinados a fins específicos, constituídos com as sobras líquidas apuradas no encerramento do exercício social das cooperativas de crédito em Assembleia Geral.

d) Sobras Acumuladas.

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2023** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2022** da seguinte forma:

- Fundo de Reserva, no valor de R\$ 3.203.854,27;
- Conta Capital, no valor de R\$ 1.555.764,66;
- Conta Corrente, no valor de R\$ 4.444.235,34.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras do exercício	26.804.039,59	21.521.161,61
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	2.189.543,08	1.488.474,07
Base de cálculo das destinações	28.993.582,67	23.009.635,68
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(14.496.791,34)	(11.504.817,84)
(-) Destinação para o FATES – atos cooperativos (b)	(2.899.358,27)	(2.300.963,57)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	11.597.433,06	9.203.854,27

a) 50 % para o Fundo de Reserva, sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao fundo de reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.



b) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre as sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

f) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 70% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ 1.975.411,11. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	7.580.060,62	7.350.978,35
Despesas específicas de atos não cooperativos	(2.175.095,55)	(2.054.612,73)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.766.192,93)	(1.948.073,73)
Resultado operacional	3.638.772,14	3.348.291,89
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(22.015,53)	(153,17)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.616.756,61	3.348.138,72
IRPJ/CSLL	(689.024,84)	(1.371.636,59)
Deduções – Res. Sicoob 129/16 e 145/16	(3.243.392,75)	(2.168.744,45)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(315.660,97)	(192.242,32)

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	426.710,22	811.169,74	553.282,49
Rendas de Empréstimos	21.844.431,86	41.441.668,96	32.168.176,25
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.565.424,26	6.330.887,05	4.301.147,96
Rendas de Financiamentos	6.301.331,20	11.518.659,34	8.977.540,19
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Livres	1.332.813,10	2.727.503,13	2.124.647,00
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados à Vista	810.017,27	1.382.695,03	845.242,20
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados da Poupança Rural	410.799,79	908.583,86	1.103.811,13
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados de LCA	80.668,19	165.986,79	74.189,11
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	–	0,39	–
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	2.575.523,98	5.593.174,41	2.604.840,35
TOTAL	37.347.719,87	70.880.328,70	52.752.876,68

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas De Captação	(25.487.405,93)	(49.410.991,42)	(38.033.655,78)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.832.104,48)	(3.517.951,06)	(2.263.076,14)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(10.306.254,68)	(16.632.735,09)	(6.604.592,90)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	5.291.467,40	9.784.302,70	8.904.879,98
Reversões de Provisões para Outros Créditos	213.073,80	336.546,41	152.155,46
Provisões para Operações de Crédito	(14.797.123,50)	(25.155.854,29)	(14.752.444,14)
Provisões para Outros Créditos	(1.013.672,38)	(1.597.729,91)	(909.184,20)
TOTAL	(37.625.765,09)	(69.561.677,57)	(46.901.324,82)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobrança	610.074,48	1.173.144,02	1.064.380,58
Rendas por Serviços de Pagamento (a)	2.305.595,25	3.255.758,02	-
Rendas de Convênios	157.028,33	309.920,20	347.564,80
Rendas de Comissão	2.994.751,67	6.045.539,66	4.834.918,73
Rendas de Credenciamento	1.021,33	1.021,33	1.744,14
Rendas de Cartões (a)	334.172,89	931.320,63	1.750.770,34
Rendas de Outros Serviços	582.479,69	1.051.908,26	1.003.656,50
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento (a)	121.082,82	148.561,83	-
TOTAL	7.106.206,46	12.917.173,95	9.003.035,09

a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	1.188.252,10	2.343.496,92	2.129.135,76
Rendas de Serviços Prioritários – PF	243.223,00	486.759,50	498.297,50
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	292,04	871,63	1.283,61
Rendas de Serviços Especiais – PF	180,90	251,10	-
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	1.619.159,20	2.877.415,82	2.122.223,35
TOTAL	3.051.107,24	5.708.794,97	4.750.940,22

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(90.496,84)	(179.941,54)	(169.236,66)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.004.620,14)	(2.011.012,81)	(1.826.296,04)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(1.779.716,99)	(3.263.513,28)	(2.926.979,36)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(1.916.294,25)	(3.782.113,10)	(3.328.341,18)
Despesas de Pessoal – Proventos	(5.601.998,54)	(10.612.668,59)	(8.629.106,11)
Despesas de Pessoal – Treinamento	-	-	(2.166,66)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(147.357,13)	(290.590,06)	(132.753,40)
TOTAL	(10.540.483,89)	(20.139.839,38)	(17.014.879,41)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas



Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(58.999,02)	(163.864,21)	(281.462,37)
Despesas de Aluguéis	(400.882,47)	(825.523,83)	(764.246,54)
Despesas de Comunicações	(198.426,34)	(388.970,62)	(423.129,61)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(263.200,98)	(568.968,19)	(598.362,80)
Despesas de Material	(93.981,26)	(181.603,43)	(174.229,42)
Despesas de Processamento de Dados	(1.283.972,67)	(2.342.519,98)	(1.887.388,52)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(436.758,47)	(656.351,89)	(424.020,82)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(122.146,38)	(244.130,44)	(194.870,92)
Despesas de Publicações	(14.529,00)	(20.367,00)	(6.776,00)
Despesas de Seguros	(32.020,33)	(75.201,98)	(82.460,64)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.160.153,11)	(2.297.886,11)	(3.283.229,84)
Despesas de Serviços de Terceiros	(214.238,48)	(477.267,85)	(492.213,57)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(436.163,14)	(851.392,21)	(797.415,32)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(342.649,86)	(733.476,51)	(612.242,77)
Despesas de Transporte	(125.653,74)	(232.761,90)	(327.856,94)
Despesas de Viagem no País	(58.736,14)	(102.399,83)	(162.908,32)
Despesas de Depreciação/Amortização	(678.419,21)	(1.263.059,91)	(1.168.658,33)
Outras Despesas Administrativas (a)	(1.245.975,43)	(2.414.135,28)	(2.007.524,42)
TOTAL	(7.166.906,03)	(13.839.881,17)	(13.688.997,15)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Condomínio	(22.354,00)	(41.130,80)	(55.082,76)
Emolumentos judiciais e cartorários	(156.163,95)	(272.489,69)	(212.832,05)
Copa/cozinha	(13.850,53)	(24.882,51)	(36.891,84)
Lanches e refeições	(89.911,69)	(173.945,16)	(134.769,97)
Uniformes e vestuários	(43.996,90)	(114.344,40)	(2.258,50)
Contribuição a OCE	(79.193,10)	(145.187,40)	(113.716,53)
Taxas da junta comercial	-	(987,23)	(369,11)
Impostos e taxas	(123,51)	(123,51)	(1.344,99)
Medicamentos	(101,83)	(101,83)	(49,98)
Marcas e patentes	-	(781,20)	(727,20)
Multas e juros diversos	-	-	(34,12)
Mensalidades diversas	(10.525,12)	(22.098,96)	(12.976,46)
Coordenadores de UAR	(2.325,53)	(2.325,53)	(3.800,50)
Rateio de despesas da Central	(534.798,05)	(1.056.989,53)	(893.522,34)
Microfilmagem de documentos	-	-	(1.141,99)
Ações judiciais	-	-	(1.825,00)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(110.903,88)	(222.801,42)	(382.152,38)
Contribuição confederativa	(18.496,20)	(21.578,90)	(20.495,17)
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(146.743,09)	(282.874,59)	(103.901,71)
Outras despesas indedutíveis	(150,00)	(150,00)	-
Outras despesas administrativas	(16.338,05)	(31.342,62)	(29.631,82)
TOTAL	(1.245.975,43)	(2.414.135,28)	(2.007.524,42)

28. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(44.462,75)	(53.183,74)	(42.051,37)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(162.816,18)	(335.540,86)	(303.081,61)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(146.096,26)	(303.202,45)	(294.039,14)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(23.740,64)	(49.270,40)	(47.781,35)
TOTAL	(377.115,83)	(741.197,45)	(686.953,47)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	157.306,18	426.991,95	200.644,86
Dividendos	-	44.861,23	26.070,12
Distribuição de sobras da central	-	400.651,70	447.664,15
Atualização depósitos judiciais	65.488,40	294.443,48	304.041,56
Rendas de Repasses Interfinanceiros	162.695,35	238.492,31	175.728,18
Outras rendas operacionais	157.583,42	307.743,68	39.725,12
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.261.105,61	2.506.579,30	2.330.821,35
Juros ao Capital Recebidos da Central	1.570.093,65	1.570.093,65	1.186.112,61
TOTAL	3.374.272,61	5.789.857,30	4.710.807,95

30. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito – Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(29.445,00)	(65.905,98)	(331.153,84)
Outras Despesas Operacionais	(313.941,58)	(548.569,84)	(638.964,60)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(1.766.914,09)	(2.498.709,80)	-
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(5.944,70)	(13.226,68)	(14.209,35)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(263.817,91)	(488.488,31)	(341.032,63)
Outras Contribuições Diversas	(91.886,16)	(156.235,04)	(110.091,89)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(15.359,91)	(33.692,74)	(134.172,68)
Perdas – Fraudes Externas	(24.310,03)	(42.660,48)	(299.281,63)
Perdas – Demandas Trabalhistas	-	-	(35.000,00)
Perdas – Práticas Inadequadas	(353,57)	(10.530,43)	(44.069,47)
Perdas – Falhas em Sistemas de TI	(98,32)	(98,32)	(36,74)
Perdas – Falhas de Gerenciamento	(1.310,55)	(7.307,93)	(9.749,93)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.161.117,80)	(2.189.911,30)	(1.488.474,07)
TOTAL	(3.674.499,62)	(6.055.336,85)	(3.446.236,83)

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 24(a).

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	(133.319,71)	(356.134,55)	(180.037,47)
Provisões para Demandas Trabalhistas	-	(160.000,00)	(10.000,00)
Provisões para Contingências	(215.404,53)	(448.219,37)	(279.403,29)
Reversões de Provisões para Contingências	82.084,82	252.084,82	109.365,82
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	23.148,63	(172.001,67)	(342.335,52)
Provisões para Garantias Prestadas	(696.705,90)	(1.505.943,67)	(1.092.212,81)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	719.854,53	1.333.942,00	749.877,29
TOTAL	(110.171,08)	(528.136,22)	(522.372,99)

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	-	16.511,01
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	600,00	1.800,00	3.107,63
Ganhos de Capital	3.522,80	7.764,87	16.494,36
Outras Rendas Não Operacionais	-	118,45	1.687,99
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	-	(5.981,37)



(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	-	-	(4.590,03)
(-) Perdas de Capital	(17.091,79)	(31.698,85)	(27.382,74)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	-	-	(0,02)
TOTAL	(12.968,99)	(22.015,53)	(153,17)

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	7.779.944,16	1,5663%	184.547,31
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	3.590.598,64	0,7229%	32.639,58
TOTAL	11.370.542,80	2,2891%	217.186,89
Montante das Operações Passivas	7.777.797,06	2,9225%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023	
Empréstimos e Financiamentos	1,5347%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,3138%
Crédito Rural (modalidades)	0,4494%
Aplicações Financeiras	3,8549%

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	75.147,01	13.008,97	1,6481%
Conta Garantida	46.955,49	1.408,61	0,9470%
Financiamentos Rurais	3.049.485,12	181.637,89	5,4078%
Empréstimos	2.628.211,46	302.655,82	1,3640%
Financiamentos	5.576.383,53	161.993,20	7,6695%
Direitos Creditórios Descontados	451.297,86	10.431,58	1,1630%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.114.839,53	1,1033%	-

Depósitos a Prazo	10.435.680,01	2,7065%	0,8698%
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	1.577.062,47	2,8533%	0,8079%
Letra de Crédito Imobiliário – LCI	377.617,42	3,6714%	0,8090%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,4974%	2,91
Empréstimos	1,6100%	27,30
Financiamentos	1,2000%	39,51
Aplicação Financeira – Pós Fixada (% CDI)	94,0061%	68,43
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	0,8097%	7,10
Letra de Crédito Imobiliário – LCI	0,8140%	6,04

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	222.234,37
Crédito Rural	6.146.214,03
Direitos Creditórios Descontados	1.061.621,39
Empréstimos	8.234.481,86
Financiamentos	20.621.932,36

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	1.496.984,87	410.188,48

f) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
INSS Diretoria/Conselheiros	(190.670,49)	(425.372,67)	(411.360,44)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.004.620,14)	(2.010.031,92)	(1.826.296,04)
F.G.T.S. Diretoria	(46.474,76)	(109.745,60)	(108.436,82)
Plano de Saúde	-	(980,89)	-
Total	(1.241.765,39)	(2.546.131,08)	(2.346.093,30)

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDIBOM, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.



O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIBOM responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo – Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira – Nota 4	365.913.859,68	301.653.568,70
Ativo – Participações de Cooperativas – Nota 5	13.833.454,88	11.785.743,28
Total das Operações Ativas	379.747.314,56	313.439.311,98

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 4. a	21.142.433,66	41.117.991,76	32.534.716,12
Total das Receitas	21.142.433,66	41.117.991,76	32.534.716,12
Rateio de Despesas da Central – Nota 27. a	(534.798,05)	(1.056.989,53)	(893.522,34)
Total das Despesas	(534.798,05)	(1.056.989,53)	(893.522,34)

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	105.785.303,23	83.631.899,31
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	482.965.758,80	386.717.757,07
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	21,90	21,63
Imobilizado para cálculo do limite	14.416.402,79	13.563.986,51
Índice de imobilização (limite 50%) %	13,62	16,22

36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdência Privada	(56.705,80)	(111.351,62)	(105.788,65)

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.



Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;



- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.



O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

BOM DESPACHO-MG

VICENTE DE PAULO LOPES CANÇADO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

RODRIGO BELIONE DE OLIVEIRA MENEZES
DIRETOR DE GESTÃO DE RISCOS

RUBENS MIGUEL PEREIRA
CONTADOR – CRC/MG-091.409/O-6 36



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Credibom Ltda. – SICOOB CREDIBOM, CNPJ: 21.670.187/0001-00 / Bom Despacho – MG

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Credibom Ltda. – SICOOB CREDIBOM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIBOM em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso: Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte / MG, 05 de março de 2024.



ASSINADO DIGITALMENTE
ELISÂNGELA DE CÁSSIA LARA

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinadas-digital>



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O



PARECER DO CONSELHO FISCAL

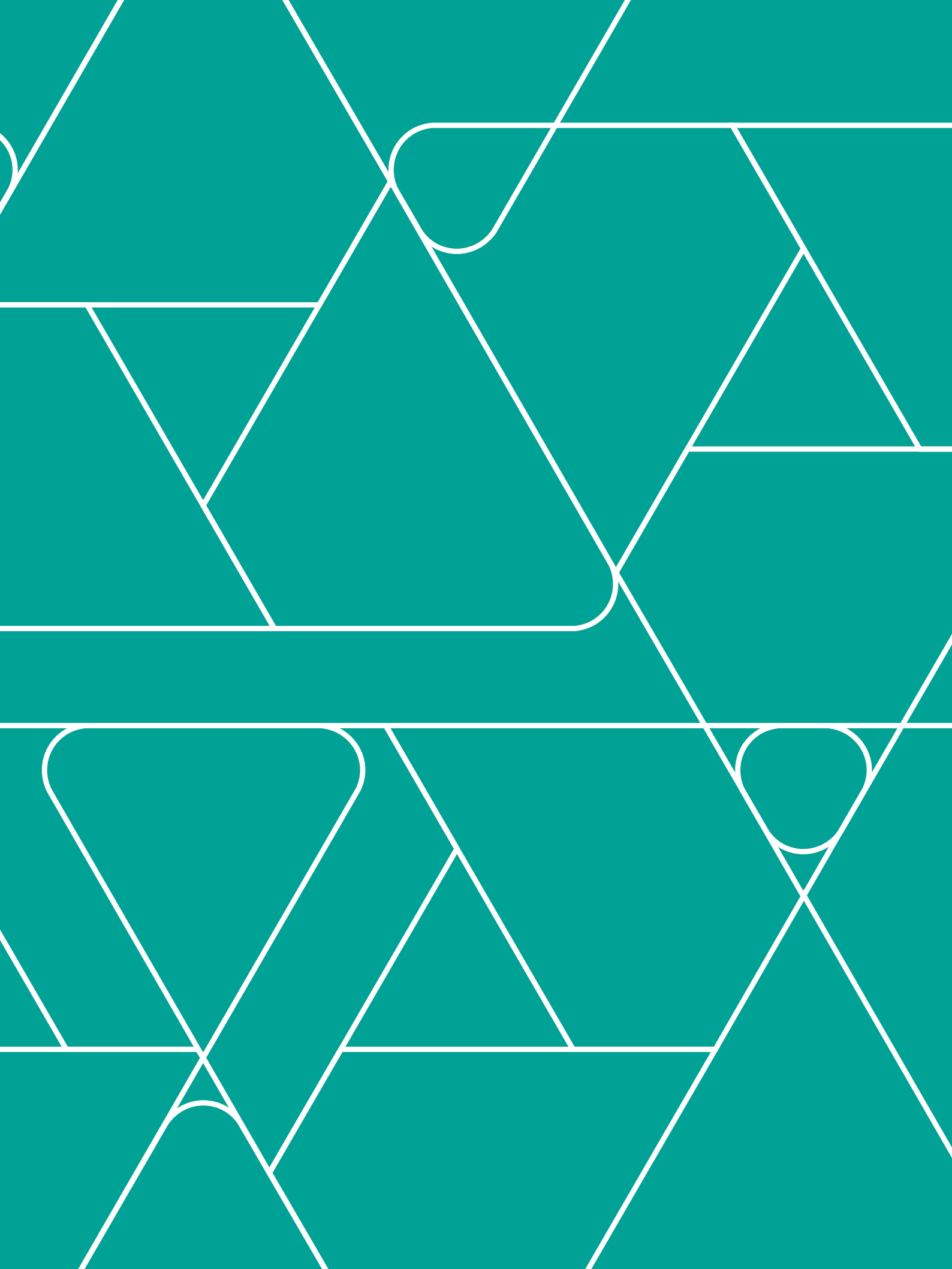
O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Credibom Ltda. – SICOOB CREDIBOM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIBOM.

Bom Despacho (MG), 06 de Março de 2024.

Leonardo Torres Pessoa
Conselheiro Fiscal Coordenador

Miriam Cesário da Silva Couto
Conselheira Fiscal Secretária

Elda Maria da Silva Alves Santos
Conselheira Fiscal Efetiva



Agência Sede – Bom Despacho

Avenida das Palmeiras, 170 – Centro
Bom Despacho/MG – (37) 3521-9800

Agência Arraial – Bom Despacho

Rua do Rosário, 1242 – Jardim América
Bom Despacho/MG – (37) 3522-6178

Agência Engenho Do Ribeiro

Avenida Guilhermino Rodrigues da
Costa, 544 – Engenho do Ribeiro
(Bom Despacho)/MG – (37) 3524-3161

Agência São Vicente

Avenida Rio de Janeiro, 224
São Vicente – Bom Despacho/MG
(37) 3521-3200

Agência Araújos

Avenida Brasil, 1498 – Centro
Araújos/MG – (37) 3259-0701

Agência Nova Serrana

Rua Antônio Martins, 119 – Centro
Nova Serrana/MG – (37) 3521-9800

Agência Venda Nova – Belo Horizonte

Rua Manoel Guedes Santos, 63, loja 20
Venda Nova – Belo Horizonte/MG
(37) 3521-9800

Agência Buritis

Rua Eli Seabra Filho, 550, Loja 04
Buritis – Belo Horizonte/MG
(31) 3582-2031


**Agência Digital**

Download do App Sicoob | (37) 99839-4443



 /sicoobcredibomoficial



 @sicoobcredibom